



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 124

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 09

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 11

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 14

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

1ª Discussão 17

Redação Final 28

3ª Discussão 28

2ª Discussão 28

1ª Discussão 28

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 31

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 31

Diretoria Geral

Portarias 32

Atas de Comissões

Especial de Reforma da Const... 32

Errata:

Resolução nº 009/05 33

DIÁRIO Nº 124

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

03 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Carlos Simões, Edgar Bueno, Elton Welter, Mauro Moraes,

Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Teruo Kato (08).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2961

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário votação em bloco para os projeto de lei constantes nos itens 10 e 11 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(aa) DUÍLIO GENARI

CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 179/07, de minha autoria, tendo em vista que o objetivo foi alcançado no substitutivo geral do Projeto de Lei nº 310/07, que altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 083/98, que criou a região metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve usando das suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Samuel Tolardo, empresário no ramo de auto peças, falecido na cidade de Maringá, na última segunda-feira na cidade de Maringá, com 68 anos de idade.

Tolardo tornou-se conhecido na cidade depois de ter sido vítima de um seqüestro no Vale do Ivaí, e ficar em cativeiro por um mês.

Ele esteve internado desde domingo, devido a uma parada cardíaca, quando sofreu um acidente de carro quando perdeu o controle e bateu em uma árvore.

No laudo médico constou que Samuel Tolardo morreu devido a alguns problemas cardíacos e insuficiência cardionária e complicações nos pulmões e nos rins.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2960

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do empresário Samuel Tolardo, falecido em Maringá.

Samuel Tolardo faleceu aos 68 anos, em Maringá, e deixou lacuna entra familiares, amigos e funcionários. Extremamente alegre e trabalhador, conquistou muitas amizades e sucesso empresarial.

O empresário nasceu em Cafelândia, interior de São Paulo, e veio para Maringá na década de 60, onde estabeleceu-se no ramo de auto peças.

À família enlutada, esta Assembléia Legislativa apresenta sinceras condolências e roga a Deus que lhes dê conforto neste momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias, para iniciativa da organização da Sessão destinada à comemorar os 50 anos da Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias no Senado Federal.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós muito gratificante a apresentação deste requerimento que pretende apresentar voto de congratulações ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias, pela feliz iniciativa da realização de Sessão especial no Senado Federal para comemorar a passagem dos 50 anos da Revolta dos Posseiros do sudoeste do Paraná.

O sudoeste paranaense, berço da civilização, depositário das páginas mais brilhantes da nossa história. Sudoestinos estão comemorando os 50 anos da chegada

dos posseiros vindos, a maioria de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O cinquentenário da chegada dos colonos é motivo de júbilo natural para toda a população, daquela importante região do Paraná.

Poucas regiões constituídas de etnias tão variadas e formadas por brasileiros de praticamente todas as regiões, conseguem conquistar inteiramente seus filhos adotivos, ser em seus corações, a terra de cada um.

Hoje o sudoeste paranaense pode orgulhar-se do seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais este Deputado, ali nascidos ou vindo de outras plagas.

Os problemas são o ponto que une a todos os sudoestinos legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja uma grande e admirada região.

O sudoeste do Paraná comemora seu cinquentenário da chegada dos colonos com estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias de sua história.

Nesta data tão significativa, toda a população do Sudoeste é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, mas na certeza de que continuara com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia e modelo para as demais regiões do Paraná.

Agora iremos retransmitir com o maior prazer o discurso pronunciado em data de ontem no Senado Federal pelo Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias:

“A Revolta dos Posseiros, ocorrida na região sudoeste do Paraná em outubro de 1957, foi o primeiro movimento social relacionado à luta pela terra que obteve êxito no Brasil contemporâneo. Lamentavelmente, a Revolta dos Posseiros é de pouco alcance público se considerada a envergadura histórica do movimento. Uma seqüência de lutas, de dor e de posturas heróicas moldura um dos movimentos sociais da segunda metade do século de maior impacto na vida nacional. Independente da perspectiva histórica ou até mesmo do ponto de vista de que se faça uso, julgamos de suma importância para as gerações futuras que seja feito o devido resgate desse acontecimento tão relevante para o Paraná e para o país. Comungo plenamente da visão do estadista inglês Winston Churchill: “Quanto mais longe você consegue olhar para trás, tão mais longe você está apto para ver à frente”. Transcorridos 50 anos, amainadas as paixões e as emoções que envolviam os protagonistas no movimento, ou os que nele pudessem ter algum tipo de interesse, é possível analisar a Revolta de 57 com o desejável distanciamento. Tratada com selvageria, com requintes de crueldade, pilhada nos seus direitos adquiridos e até mesmo nos mais elementares, vilipendiada e ludibriada, a região sudoeste do Paraná tomou para si os seus desígnios no desiderato heróico em 1957. Há meio século, a violência tornou-se incontornável, para fazer frente a poderosos interesses econômicos, os quais, sob o manto da proteção oficial, resolveram negar a posse da terra a milhares de colonos posseiros em áreas devolutas.

Vale registrar que o apelo à violência não partiu dos colonos, mas dos grupos econômicos infiltrados em todos os níveis da estrutura pública estadual. O ressentimento represado durante muito tempo pelos colonos explodiu em toda a sua fúria libertária. O levante galvanizou o sentimento de revolta reinante entre os agricultores de inúmeras localidades do sudoeste. Contingentes de homens munidos de espingarda a armas rudimentares, afluíram à cidade de Francisco Beltrão. Os insurgentes movidos pelo sentimento comum de espoliação ocuparam a cidade para expulsar as companhias colonizadoras.

Não poderia abrir mão de reproduzir trecho do artigo de Noemi Cariconde, que nos permite vivenciar o cenário do conflito.

Pouco mais de duas horas da tarde. A única emissora de rádio conclama os colonos a invadirem a cidade e expulsar as companhias comerciais de terra e seus jagunços. Uma hora depois chegam os primeiros caminhões de agricultores. Vêm de São Miguel, Jacutinga, Linha Gaúcha, Rio do Mato. De lugares onde não havia condução, vêm a pé, a cavalo, de carroça. Às seis horas da tarde, eram mais de três mil, armados com espingardas de caça, pedaços de pau, enxadas. Ao comando das lideranças, as entradas da cidade foram guarnecidas o campo de aviação interditado com toras de pinheiros e colocado sob vigilância.

No dia seguinte, já eram seis mil. E foi a vez de tomar e guarnecer a delegacia, depois de enviar os doze detentos para casa “até segunda ordem”. Na seqüência, a tomada da prefeitura e da Coletoria. No final da tarde, o pessoal das companhias de terras e respectivos jagunços são encurralados no campo de pouso e expulsos da cidade sob escolta militar.

Esse relato é moldurado com o depoimento de um dos líderes do movimento, o saudoso Walter Pecoits, cuja memória capta e traduz o sentimento que tomou conta da população de Francisco Beltrão naquele emblemático 11 de outubro de 1957.

Diz Pecoits:

“A cidade virou festa. Os escritórios das companhias foram invadidos. Quebraram tudo. Não que quisessem destruir o que queriam eram as malditas promissórias e os contratos ilegais que haviam sido obrigados a assinar. A avenida ficou branquinha, coberta de papéis.”

O sudoeste paranaense, palco da Revolta dos Posseiros - também conhecida como Revolta Camponesa, Revolta dos Colonos ou, ainda, Levante dos Posseiros - é historicamente marcado por acirradas disputas por terra desde o início de seu efetivo povoamento, nos anos 40 do século passado. Em que pese a exigüidade do tempo, faço um breve histórico dos antecedentes das controvérsias locais.

O primeiro problema que surge na região, justamente o da fixação definitiva da fronteira com a Argentina, foi formalmente resolvido apenas em fins do século XIX, nos primeiros anos do regime republicano no Brasil.

Seguiu-se nova contenda, desta feita envolvendo os estados do Paraná e de Santa Catarina. A disputa foi solucionada em 1916, com a incorporação oficial da região ao Paraná.

Como nos municia Éverly Pegoraro, os primeiros povoadores do sudoeste paranaense, via de regra, eram originários de outras regiões, representativos de situações distintas: negociar indenização com o empresário José Rupp, que se associou a Mário Fontana, figura próxima ao então Governador Moisés Lupion, para criar a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla). Algum tempo depois, Fontana comprou os direitos do sócio e, segundo consta, graças à influência do Governador Lupion, conseguiu adquirir as Glebas Missões e Chopim da União, com seus mais de 3.000 colonos assentados, sem falar das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antonio e Capanema. Como podem perceber, neste momento, entrelaçam-se, de forma bem mais contundente do que existia até então, a questão fundiária, a problemática social e os interesses políticos estaduais.

Liderada pelo PTB, a Oposição classificou de negociata a operação que beneficiara a Citla. Foi imediata a repercussão nacional do fato, que passou a chamada a atenção da grande imprensa brasileira. Isso levou o Tribunal de Contas da União a negar à Citla o registro da escritura. O componente político cada vez se mostrava mais claro em torno da questão fundiária instalada no sudoeste do Paraná. Exemplo disso é a significativa diferença de tratamento dado ao problema por dois adversários políticos quando no exercício do Governo Estadual, Moisés Lupion (dois mandatos) e Bento Munhoz da Rocha. O testemunho de Walter Pecoits é objetivo: “O Bento pelo menos não permitiu que no seu Governo houvesse qualquer agitação na Gleba Missões”. Abro um parêntese para assinalar que Bento Munhoz da Rocha renunciou ao governo para assumir a pasta da agricultura no Governo Café Filho, sendo substituído pelo combatido Deputado trabalhista Antonio Anibelli. E faço um parêntese, Senador Renan Calheiros que, agora, preside esta sessão, para dizer que, como Governador, tive a honra de colocar, entre os governadores do estado, o Governador Antonio Anibelli, já que ele assumiu o Governo em substituição a Munhoz da Rocha. Esse registro não havia até então no Palácio Iguaçu. As atrocidades perpetradas no cenário da Revolta dos Posseiros foram corajosamente denunciadas pelos Parlamentares Antonio Anibelli e Othon Mader - Antonio Anibelli pai, porque, hoje, na Assembléia do Paraná, há seu filho Antonio Anibelli, que dá continuidade à história política do seu pai.

Segundo versões difundidas à época, ao retornar ao Governo do Estado, em 1956, Lupion cedeu a pressões e obrigou o empresário Mauro Fontana a entregar parte da gleba Missões às empresas colonizadoras Comercial e Agrícola Paraná Ltda e Apucarana Ltda. Ambas as empresas, conforme reiterou inúmeras vezes o Senador Othon Mader, recrutaram criminosos profissionais no sudoeste e no norte do Paraná, além da Argentina e do Paraguai, com a finalidade de forçar os colonos a assinarem confissão de

dívida das terras. A gestão do movimento ocorreu na esteira de ostensiva convivência dos agentes do estado com a ação criminosa perpetrada contra os posseiros. O Governo Federal não envolvia, possivelmente seguindo uma estratégia política a de não criar arestas com a grande base de sustentação do PSD, os proprietários rurais. Meses depois, novo incidente acirrou os ânimos. Quando se preparava para dirigir-se ao Rio de Janeiro, com abaixo-assinado, o Vereador Pedro Luís Camargo foi assassinado. No sepultamento, o advogado Potiguara Publitz, anunciou seu compromisso com a luta dos colonos posseiros contra as companhias, oferecendo-lhes a necessária assistência jurídica.

Na sequência, um ex-expedicionário, conhecido como Alemão, foi assassinado pelos jagunços refugiados da Guerra do Contestado, agregados de fazendas de gado dos campos de Palmas e gaúchos em busca de novas oportunidades de vida, imposição advinda a partir da chegada dos grupos pioneiros de imigrantes europeus. O cenário conjuntural as alterou, em profundidade, em meados do século XX. Primeiramente, em face da decisão estratégica do Governo Vargas de, logo nos primórdios do Estado Novo, deflagrar a “Marcha para o Oeste”, lançada oficialmente em, 1938. O objetivo era ocupar vastas extensões do território brasileiro, ampliando as áreas de plantio com a finalidade de garantir abastecimento para uma população urbana que começava a se expandir rapidamente. Assim, o Governo Vargas oficializou a criação do Território Federal do Iguaçu (13 de setembro de 1943). Parece não haver dúvida quanto aos objetivos da medida em relação ao sudoeste do Paraná: estabelecer o Poder de Estado numa “terra sem dono”, acolher o excedente de mão-de-obra existente no Rio Grande do Sul e solucionar definitivamente os problemas da fronteira. Não por outra razão, antecede imediatamente ao surgimento do Território Federal do Iguaçu a criação, por decreto, da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), origem da cidade de Francisco Beltrão. É mister ressaltar que a Cango constituiu uma inovação no cenário político vigente de colonização, no qual a propriedade da terra era naturalmente assegurada àqueles detentores do poder de compra ou de barganha. Tal fato, no contexto de colonização predominante, arregimentou contra a Colônia Agrícola General Osório a ira de poderosos interesses. Ao resumir os múltiplos aspectos que se conjugaram para a deflagração da Revolta de 1957, aquela autora destaca:

Entre os anos de 1913 e 1920, as glebas Missões (424.731 hectares) e Chopim (71.528 hectares), ambas ocupando quase a totalidade do sudoeste paranaense, foram tituladas pelo estado do Paraná em favor da Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, subsidiária da Brasil Railway Co., como pagamento pela construção da estrada de ferro Itararé - Uruguai, com duas ramificações: Guarapuava - Foz do Iguaçu e Jaguariaíva - Ourinhos. O acordo não levou em consideração o fato de que já havia alguns moradores na região, tendo sido um dos fatores que levou à Guerra do Contestado.

Interventor no Estado do Paraná, nomeado pelos vitoriosos na Revolução de 1930, o General Mário Tourinho identifica irregularidades no contrato que favorecia a companhia e Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, razão pela qual decide anulá-lo. Com a decisão, inicia-se a contenda jurídica entre o estado do Paraná e a Companhia pelas terras do sudoeste. A interferência do Governo Federal alterou significativamente o teor da disputa pelo domínio da região.

Em 1940, a união encampou os bens da Brazil Railway Co., medida que também envolvia suas subsidiárias, entre as quais a mencionada Companhia de Estrada de Ferro. Formalmente, o controle da área passa a ser disputado pelas duas esferas do Poder Público, a federal e a estadual. Para administrar os bens incorporados, o Governo Vargas cria a Superintendência das Empresas Incorporadas da União. Sr. Presidente, é importante salientar que, ao criar a Cango, a união não aceitou. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal, anunciada a 4 de agosto, deu alento aos colonos. O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, recusava o recurso interposto pela Citla relativo ao pedido de reconhecimento de sua escritura de 1950. Embora Prefeitos e Juízes não tenham dado publicidade ao ato, as emissoras de rádio de Francisco Beltrão e de Pato Branco o fizeram. Por meio delas os colonos tomaram conhecimento da boa-nova. Sob a liderança do saudoso médico Walter Pecoits, do advogado Potiguara Publitz do funcionário da Cango Antonio Cantelmo e dos comerciantes Luis Prolo e Jacomo Trento, os colonos se preparam para o confronto iminente.

Em meio a esse quadro de pronunciada tensão, o Senador Othon Mader voltou à tribuna do Senado Federal, a 2 de outubro, para historiar os principais acontecimentos do sudoeste do Paraná. A partir daí, jornais e revistas de grande circulação nacional e internacional passam a enviar repórteres e fotógrafos para a região. Uma semana depois, explodem os conflitos. O ovo da serpente da prepotência, crueldade e corrupção geraria ações conjuntas unindo as forças da cidade e do campo na região contra o invasor brutal que tinha apoio estatal.

A resistência foi organizada em três núcleos urbanos, Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antonio, nos quais valorosas lideranças iriam para o enfrentamento. Em Francisco Beltrão, a liderança tinha o médico Walter Pecoits, Ricieri Colla, José Argentino Salvati, Antonio de Paiva Cantelmo, Luiz Prolo, Balduino Daros, José Kramieswski, Francisco Cristófoli. Teodoro Zanata, Paulo Borghesan, Chico Daros, Fausto Mazzoco, Olívio Reinaldi, Genuíno Balastrelli e Olívio Cardoso Poletto, e o apoio de toda a população. Em Pato Branco, à frente da resistência estavam Ivo Thomazoni, que depois se tornou Deputado Estadual, Jacomo Trento, o Porto Alegre, Virgílio Carboneta, Alberto Pozza, Artimedes Gobatto, Augusto Redivo, Cândido Merlo, Eduardo Pasternak, Francisco Gabriel, Germano Corona, Iolando Garcia, José Virgílio Cantu, Levino Andolhe, Manoel Fabrício, Maurício Menosso, Nereu Almeida, Otaviano Maciel,

Otávio Bertinatto, Ricieri Morellato, Vinicius Vinkelmann, Francisco Garbin, Argelindo Piacentini, Natalim Consoli, Aurélio Consoli, Osmar Marcagnam, Dario Rost, Dorvalino Cantu, Hilário Ribeiro, Raul Michelon e Danilo Amadori. Em Santo Antonio, as suas lideranças urbanas e rurais tinham o advogado Edu Potiguara Publitz, Ayrone Rosetti, Adãozinho Vasconcelos, Percy Schreiner, Augusto Pereira, Adalberto Iser, Leandro Marcon, Antonio Colla e Pedro Santin, autêntico guerrilheiro da fronteira. Faço referência, também, ao ex-Parlamentar e ex-Ministro Deny Schwartz, que foi chefe do GETOSP, mais tarde, tendo a oportunidade de oferecer títulos legalizados de propriedade das áreas de terra.

Entre 10 e 11 de outubro de 1957, o sudoeste do Paraná se transformou em campo de guerra. Milhares de colonos posseiros, armas em punho, dominam os principais municípios da região, expulsam e substituem as autoridades constituídas. Sob a liderança do médico Walter Pecoits (que se notabilizou por seu trabalho de intermediação para a solução do conflito, mais tarde Delegado de Francisco Beltrão, Prefeito e Deputado Estadual, Secretário de Estado, cassado em 1964), do advogado Potiguara Publitz, do funcionário da Cango, Antonio Cantelmo e dos comerciantes Luis Prolo e Jacomo Trento, os colonos partiram para a ação final. Depois de espancamento de crianças, moradores de Pato Branco, convocados pela rádio da cidade decidem em assembléia, em 9 de outubro, nomear comissão para exigir do Governo do Estado o fechamento das companhias. Em 10 de outubro, em Francisco Beltrão, os colonos, também em assembléia, decidem por tomar a cidade, decisão antecipada por Pato Branco em um dia (10 de outubro). É nesse clima de confronto que o Ministro da Guerra, Marechal Lott, dá ultimato ao Governador Lupion: companhias fechadas ou intervenção federal no estado.

Em ação planejada e rápida, cuja eficiência mostrou-se indiscutível, em 11 de outubro, Francisco Beltrão foi controlada pelos colonos, que receberam ajuda de vizinhos. O fato se repetiu no dia seguinte, desta feita em Santo Antonio do Sudoeste. Vencido pela força do movimento popular armado, o Governador Lupion não teve alternativa senão retirar as companhias da região. Foi preciso que se chegasse aos anos de 1960 para que conquistas legais se efetivassem. O Presidente Jânio Quadros declarou a utilidade pública da gleba Missões e parte da Chopim. Em 1962, no Governo João Goulart, união e estado do Paraná cedem formalmente a propriedade das terras aos seus ocupantes.

No mesmo ano, criou-se o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETOSOP). Como já me referi, era chefe de escritório em Francisco Beltrão o ex-Parlamentar e ex-Ministro Deny Schwartz, a quem coube medir, demarcar e dividir os lotes. Sr. Presidente, o registro que trazemos ao Senador da República nas comemorações dos 50 anos dos conflitos ocorridos no sudoeste do Paraná tem o sentido do resgate histórico. Comprovando que não se deve nunca curvar-se à prepotência opressora,

os colonizadores do sudoeste paranaense escreveram uma página notável no capítulo da luta pela terra na história social e econômica brasileira. Hoje, o sudoeste do Paraná se expressa na dignidade de um povo altivo e consciente dos seus valores, que sabe que se fez paranaense por ato de vontade indobrável, valores que se perpetuam na extensão dos filhos e dos netos. Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que na gênese da Revolta dos Posseiros encontramos ingredientes muito comuns nas iniciativas governamentais, tantas vezes observados ao longo da História: a falsa promessa, o engodo e o ardil oficiais de mãos dadas com setores do poder econômico, num conluio abominável. Sem dúvida, Sr. Presidente, ao agradecer a presença de todos - Parlamentares, Prefeitos, lideranças políticas - a presença do Presidente do PPS do Paraná, Rubens Bueno, do Deputado Alfredo Kaefer, do Senador Flávio Arns e dos demais já aqui anunciados no início desta sessão, quero dizer que o sudoeste é fruto desse exemplo de resistência, de ousadia, de coragem e de lucidez política. Senador Renan Calheiros, o sudoeste do Paraná se diferencia exatamente pela politização da sua gente. Lideranças políticas representativas e respeitadas pela sociedade e Prefeitos extraordinários bem avaliados em seus municípios pela população, certamente, miram-se nos exemplos desses antepassados que lutaram com valentia na defesa dos seus próprios direitos.

É por isso que se diz sempre: um povo que não luta pelos seus direitos não é digno de direito algum. Por essa razão, o sudoeste se transforma em exemplo de atuação política afirmativa. Lá, assistimos, constantemente, ao esforço das lideranças políticas para estabelecer a necessária interação, suprapartidariamente, maximizando os seus esforços na busca das suas aspirações coletivas. Municípios se reúnem e se integram em consórcios, reúnem-se e se integram numa luta comum a favor de pleitos importantes que dizem respeito a obras de infra-estrutura, como o aeroporto regional, o ramal de extensão ferroviário ou mesmo o pólo de desenvolvimento industrial. É assim que caminha o sudoeste, superando os obstáculos e todas as dificuldades, porque a sua vocação é de grandeza.

REQUERIMENTO Nº 2959

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, sejam formuladas as Efusivas Congratulações deste Poder Legislativo Estadual à República Federal da Alemanha, nas pessoas dos Srs. Dr. Heinz-Peter Behr, ilustre Cônsul-Geral daquele país em São Paulo e Hans Gerhard Schorer, ilustre Cônsul-Honorário em Curitiba, pela passagem do Dia da Unidade Alemã, que ocorre no dia de hoje. Ao tempo em que se manifesta votos ao povo alemão de dias de paz e bem-estar permanentes pelo transcurso do 17º aniversário de sua reunificação, a qual foi conquistada sem violência e devolveu a liberdade e a democracia aos alemães oprimidos pela ditadura comunista na parte oriental.

Caso aprovado a presente proposição, roga-se seja dada ciência aos senhores cônsules antes nominados, via correspondência a ser encaminhada aos seguintes endereços:

1 - Dr. Heinz-Peter Behr

Consulado Geral da República Federal da Alemanha. Av. Brigadeiro Faria Lima, 2092 - 2º andar, CEP: 01451-905 - São Paulo - Capital

2 - Hans Gerhard Schorer

Consulado Honorário da República Federal da Alemanha. R. Emiliano Pernet, 297 - cj. 232, CEP: 80010-050 - Curitiba - Paraná

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Nemésio Xavier de França Filho, com xerocópia do requerimento nº 088/07 da Câmara Municipal da Lapa.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a solicitação da Câmara Municipal da Lapa, é muito importante especialmente pela falta de segurança naquele município.

Esperamos e temos certeza que os Exmos. Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública e o Comandante Geral da Polícia Militar receberão este pedido e tomarão as providências urgentes que o assunto requer.

Pois a cobrança contundente do aumento do efetivo das corporações civil e militar vem sendo alvo de discussões naquela cidade, e principalmente na Câmara Municipal. A falta de segurança no município associada com o baixo efetivo de policiamento é algo que vem preocupando a comunidade constantemente. A reclamação do crescimento da criminalidade foi levada ao legislativo pela comunidade, então nada mais justo e coerente que tomar a iniciativa em buscar uma solução o mais rápido possível, diante do quadro em que se mostra a situação. Uma escola da polícia militar naquela cidade, só trará mais segurança e referência ao município.

Assim sendo, esperamos contar com a colaboração de nossos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 2952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, solicitando a cobertura de uma quadra de

esportes da Escola Estadual Lauro Portugal Tavares no distrito de São Martinho, no município de Rolândia.

Esta é uma antiga reivindicação da direção da escola e da Associação de Pais e Professores, bem como, da direção da Escola Municipal Luiz Real, que também funciona no mesmo prédio.

A Associação de Moradores do distrito de São Martinho, se junta aos solicitantes uma vez que a quadra de esportes já existente atende também aos interesses da comunidade.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2953

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo e ao Gerente Geral no Paraná, Sr. João Adolfo Oderich, parabenizando a empresa pela passagem de seu 54º aniversário, destacando-se os incontáveis e relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

A referida homenagem se estende também aos seus funcionários, os quais fizeram e continuam a fazer a grandeza desta empresa.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

PETROBRAS

Um pouco da história

Criada em 1953 pelo Governo de Getúlio Vargas, é hoje uma das vinte maiores empresas petrolíferas do mundo. Depois de mais de 40 anos de monopólio, a PETROBRAS passou a competir com outras empresas estrangeiras em 1997, quando o Governo abriu atividades de indústria petrolífera à iniciativa privada. A partir daí foram criadas a Agência Nacional do Petróleo (ANP), responsável pela regulamentação, fiscalização e contratação das atividades do setor e o Conselho Nacional de Política Energética, órgão encarregado de formular a política pública de energia.

Em 2005, a PETROBRAS obteve lucro de 23,7 bilhões de reais (um crescimento de 40% em relação a 2004) que foi, até então, o maior lucro da história da empresa e representou o maior lucro jamais registrado por uma companhia de capital aberto na América Latina; em 2006 a PETROBRAS superou novamente seu próprio recorde de lucro. O aumento da produção de petróleo, maior carga processada de óleo pesado nacional, maior utilização da capacidade de refino e aumento de preços são alguns dos responsáveis pelos resultados recordes. Seus sucessivos lucros são um dos grandes pilares na manutenção do superávit primário brasileiro, contribuindo a PETROBRAS assim, positiva e significativamente, com o equilíbrio das contas do Tesouro Nacional.

Em 2006 a PETROBRAS entrou para o seleto grupo das empresas que têm um valor de mercado em bolsa superior a cem bilhões de dólares.

A PETROBRAS é referência internacional na exploração de petróleo em águas profundas.

Em 21 de maio de 2007, a PETROBRAS foi eleita a oitava companhia mais respeitada do mundo segundo o *Reputation Institute*.

O valor das ações da PETROBRAS subiu 1.200% entre maio de 1997 e junho de 2007 e a empresa obteve um lucro recorde em 2006 de 25,9 bilhões de reais, ano em que se tornou a oitava maior empresa de petróleo do mundo.

A explicação para o sucesso da PETROBRAS está na eficiência de suas unidades espalhadas por todo o Brasil, nas refinarias, áreas de exploração e de produção, dutos, terminais, gerências regionais e na sua grande frota petroleira.

Também desenvolve projetos sociais importantes, a exemplo do sudoeste do Paraná em parceria com núcleo sindical de 29 municípios, estão trabalhando na preservação de minas naturais de água.

Uma companhia que tem em sua trajetória conquistas, recordes e reconhecimento internacional. Uma empresa socialmente responsável e preocupada com a preservação do meio ambiente.

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Deputado Federal Cezar Silvestri - Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando que seja encaminhado ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, sugestão em relação a modificação da Resolução nº 025/98, concernente a legalização da plotagem adesiva em veículos, acima de 50% da cor original.

Tal medida se faz necessária, pois diversas empresas utilizam-se de seus veículos como parte de seu marketing visual e divulgação de seus serviços prestados aos consumidores, sendo que pela legislação atual estes veículos encontram-se em situação irregular, gerando com isto, a aplicação de multas de trânsito para estas empresas.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2957

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, através do IAP, para esclarecer as seguintes questões:

1 - Informar qual o número de multas aplicadas pelo IAP referente às infrações ambientais nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007;

2 - Qual o valor arrecadado das referidas multas aplicadas? Especificar ano a ano.

3 - Onde foram aplicados os valores arrecadados das referidas multas?

4 - Informar para qual órgão é destinado os valores, bem como os objetos apreendidos decorrentes destas infrações ambientais.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 711/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Centro Educacional Infância Colorida, com sede e foro no município de Curitiba - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Educacional Infância Colorida - CEIC atua no atendimento as crianças de 12 a 14 anos que residem no conjunto de bairros do Cajuru, uma das regiões mais pobres de Curitiba. A instituição fundada em 03 de abril de 2004, trabalha pelo desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, buscando sua integração e da infância à comunidade.

Para atingir este objetivo, o Centro Educação Infância Colorida adotou um sistema pedagógico que respeita a diversidade de expressões culturais, sem qualquer tipo de discriminação social, sexual, religiosa, regional ou de características humanas diferenciadas.

O Centro, através do apoio dos mais diferentes segmentos da sociedade, administra não somente a educação convencional, mas também outras formas de formação sócio-educativa como a arte e a música. Com este trabalho, a instituição visa à reintegração social das crianças e adolescentes que por motivos diversos se encontram em situação de anormalidade para o seu desenvolvimento, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As atividades do Centro Educacional Infância Colorida são desenvolvidas por meios de ações e execuções de projetos, programas e outros meios necessários ao apoio do aperfeiçoamento pessoal. Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao projeto de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 712/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Hospitalar Angelina Caron de Campina Grande do Sul, é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover e apoiar as iniciativas que visem proteger o bem estar e a saúde, com prioridade sobre os pacientes de baixa renda, promovendo ainda estudos e pesquisas, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos-científicos, que digam respeito à saúde, bem como promover o voluntariado para a concepção dos seus objetivos.

Constituída em 28 de outubro de 2004, portanto há mais de 02 anos, já recebeu o reconhecimento público do município, através da Lei Municipal nº 001/06, pelas atividades já desenvolvidas.

Para que a Sociedade Hospitalar Angelina Caron possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 713/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Victor de Almeida Barbosa o Hospital Infantil de Campo Largo, localizado na Rua XV de Novembro, s/nº, Bairro Bom Jesus no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Palmeira em 19 de agosto de 1901, filho de João de Almeida Barbosa e de Bonina Correa Barbosa. Ficou órfão de mãe ainda menino.

Foi morar em Campo Largo em 1919 começando a trabalhar na Farmácia de seu tio Atílio de Almeida Barbosa e que fora de seu avô paterno João de Almeida Barbosa, que também foi o primeiro fotógrafo do Paraná.

Fez exame de oficial de farmácia em 1920.

Em 1924 deu seus primeiros passos na política, esteve acampado em Porto União, tendo tido grande simpatia pela figura de Isidoro Dias Lopes, líder da revolução daquele ano.

Foi preso na cidade de Curitiba na estação ferroviária por ter dado um viva a revolução, sendo que dos vagões próximos, os soldados lhe aplaudiram pela coragem e determinação.

Em 1926 acompanhou a Coluna Prestes por todo o seu trajeto no Brasil, considerando Luiz Carlos Prestes um dos maiores líderes do Brasil e o único capaz de concretizar todas as aspirações do povo.

Em razão de sua ideologia política Victor de Almeida Barbosa esteve preso inúmeras vezes, sendo companheiro de prisão de Maurício de Lacerda, Hermes Lima, Sebastião da Hora, Agildo Barata, Canabarro Cunha, Luiz Carlos Prestes entre outros.

Homem devotado aos doentes e mais especialmente aos doentes pobres, percorreu todas as estradas e caminhos do município de Campo Largo com muito amor aos mais carentes de saúde, fez de sua profissão um verdadeiro sacerdócio.

Apesar da constante perseguição política, dedicava seu tempo de atendimento à população carente especialmente crianças, imunizando-as e fornecendo medicamentos para tratamentos médicos.

Falecido em 21 de setembro de 1982, deixou como cidadão uma grande lacuna e como homem do povo, uma grande saudade aos munícipes de Campo Largo.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 714/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o uso de telefones celulares em salas de aula durante o horário escolar em toda a rede pública e privada de ensino no estado do Paraná.

Art. 2º Aqueles que descumprirem esta lei ficam sujeitos as seguintes penalidades:

I - desobediência - advertência;

II - reincidência - confisco do aparelho, que só será entregue aos pais ou responsáveis;

III - mais de uma reincidência, perda do direito de fazer provar finais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O uso indiscriminado de telefones celulares em sala de aula tem proporcionado sérios problemas não

somente aos alunos, mas aos professores e aos próprios pais.

Os alunos não prestam atenção à aula, desconcentram toda a turma no momento em que recebem torpedos ou ligações. Não bastasse isso, os alunos estão se utilizando deste mecanismo tecnológico com o objetivo de obter facilidades no momento da realização de provas. Prática conhecida como “cola”.

É muito fácil “colar”, pois os alunos mandam torpedos indiscriminadamente um para o outro.

É notório que uma sala de aula deve ter o mínimo de silêncio para que os professores possam passar a matéria sem interrupções, o que não é possível com telefones celulares tocando a cada minuto.

É sem dúvida uma tecnologia indispensável do mundo contemporâneo, mas as pessoas devem, antes de qualquer coisa, saber que existem lugares que devem ser respeitados como é o caso em tela.

Num passado não muito distante os professores tinham autoridade e sua solicitação era como uma ordem, muito diferente da atualidade, pois mesmo pedindo antes do início das aulas para que os alunos desliguem o celular, muitos insistem em matê-los ligados o que dificulta o bom andamento da aula.

O uso de celulares em sala de aula constitui em influência negativa, pois os alunos não prestam atenção na aula como deveriam. Além disso, os pais acabam tendo um ônus muito alto devido aos créditos que os filhos gastam brincando de enviar torpedos aos amigos e namoradas.

Definitivamente sala de aula não é lugar para usar telefone celular, pois tumultua o ambiente e desfavorece o aprendizado.

Com a aprovação deste projeto, os professores terão um argumento a mais para barrar o uso de telefones celulares em sala de aula.

Os alunos não necessitam de ter sempre os aparelhos em mãos para que possam receber ligações urgentes de familiares, pois todas as escolas dispõem de telefones fixos e públicos. Nada é tão urgente que não possa aguardar até o intervalo das aulas, se for, a secretaria da escola se encarrega de avisar o aluno na sala como acontecia antes.

O uso do aparelho celular esta sendo disciplinado há muito tempo. Em alguns locais já é proibido como nos aviões, que o aparelho pode ser confiscado e ao volante de um automóvel, que o infrator pode ser multado e perder pontos na carteira de habilitação.

Sem dúvida o celular é um mecanismo tecnológico magnífico, mas ele não pode se sobrepor às regras básicas de educação, civilidade e de bom comportamento, por isso é necessário se criar normas específicas reguladoras de seu uso.

O presente projeto, além de coibir o uso indiscriminado do telefone em sala de aula, contribuirá para complementar as regras escolares já existentes em todas as escolas.

PROJETO DE LEI Nº 715/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Osvaldo Trevisan.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Osvaldo Trevisan é nascido em Bauru, estado de São Paulo, no dia 09 de novembro de 1937.

É formado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, tendo a sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção do Paraná, sob o nº 4678.

É também, bacharel em Ciências Econômicas.

Na vida privada

Foi professor da Universidade Estadual de Londrina - UEL, e, da Faculdade de Filosofia de Cornélio Procópio - FAFICOP, hoje, Universidade do Norte Pioneiro. Foi advogado do Banco do Brasil S.A onde se aposentou no mais elevado posto da carreira jurídica, advogado da letra "H".

Atualmente é professor de Direito Constitucional da Faculdade Cristo Rei - FACCREI, em Cornélio Procópio/PR.

Foi muito ativo na vida política, tendo sido Prefeito Municipal de Cornélio Procópio de 1977 a 1982.

Em 1982, foi eleito Deputado Federal e Deputado Federal Constituinte em 1986. Na Câmara Federal, integrou a Comissão de Economia, Indústria e Comércio e também a Comissão de Agricultura da Câmara Federal. Foi relator de diversas comissões mistas no Congresso Nacional. Integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Sistema Financeiro Nacional, em 1985.

Juntamente com outros Deputados Federais, representou a Câmara dos Deputados, em viagem á China, em missão diplomática. Em 1990, foi eleito Deputado Estadual para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, eleição de 1990. Integrou a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no período de 1990 a 1994.

Foi Diretor de Operações do Banco do Estado do Paraná - Crédito Imobiliário. Foi Secretário de Estado - Ouvidor Geral do Paraná, em 1994.

Mestrado em Administração pelo IEPE-FAFFI de Cornélio Procópio, pendente de reconhecimento. Frequentou curso de Língua italiana, em Roma. Foi sócio de escritório jurídico em Curitiba. É Diretor Jurídico da Sociedade Rural - Região de Cornélio Procópio.

Possui diversos artigos publicados em jornal.

Participou do XV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, na cidade de São Paulo, em 1994, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

Participou de Congressos de Direito Constitucional realizados em Curitiba e Londrina, sendo que nesta foi palestrante e participou das mesas de debates em todas as realizações.

Especialista em Direito Constitucional pelo IELF, Universidade de Santa Catarina, em fase de apresentação de monografia.

O currículo do proposto ao título de Cidadão Honorário justifica a proposição deste Parlamentar que busca o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

Não é uma homenagem, é uma questão de justiça!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo Expediente sobre a Mesa, passamos ao Pequeno Expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, Deputado Jocelito Canto com a palavra. O Deputado Jocelito Canto abriu mão do Grande Expediente.

Horário das Lideranças, PMDB.

(Declina)

Deputado Jocelito Canto usará o horário do PTB.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Estava acompanhando aqui, agora lendo o jornal - que hoje foi meio corrido, não dá nem tempo de ler o jornal - estava vendo uma denúncia hoje, que divide as opiniões do Paraná sobre a questão do servidor que está à disposição de uma Prefeitura ou de uma instituição do estado. No dia de hoje, o jornal Gazeta do Povo traz uma matéria dizendo que alto servidor teria acumulado salários. Coloca aqui diante do Direito Administrativo, nessa matéria da Gazeta, os 2 lados e coloca aqui a opinião e alguns especialistas do Direito Administrativo, que um concorda e que o outro não concorda e assim por diante, sobre a questão do servidor, Dr. Gilberto Martin.

Mas independente da questão da legalidade ou não, que é muito pouco cumprida neste país, tem servidores em várias instituições que estão numa situação muito pior que essa do Dr. Gilberto Martin, e que hoje ele é tido aqui como alvo nessa matéria, porque está cedido pela Prefeitura de Cambé ao estado do Paraná.

Sr. Presidente, conhecemos o servidor Dr. Gilberto Martin. Estive com ele ontem ainda, em Ponta Grossa. É o homem responsável pela Força-Tarefa

para melhorar a saúde no município de Ponta Grossa. Eu não poderia deixar de defendê-lo, por uma única razão: qualquer médico, hoje - os médicos que estão me ouvindo neste momento - no mínimo ganha hoje de R\$ 10 mil a R\$ 12 mil, mesmo trabalhando no serviço público.

Os médicos hoje, médico da família, médico que ganha num segundo emprego, ganham nessa faixa de R\$ 10 mil a R\$ 12 mil e, qualquer médico merece receber pelo menos isso, porque o médico - eu tenho desde pequeno essa concepção - sempre tive respeito pelo médico, que lhe é devido, porque ele estudou, ele aprimorou, ele se aperfeiçoou e ele nos dá o direito muitas vezes a salvar a nossa vida. Claro que no meio sempre tem um ou outro, mas a grande maioria são, para mim, pessoas especiais.

Daí eu vejo hoje uma denúncia, exatamente, Deputado Péricles, falando do nosso Gilberto Martin, que ele tem um cargo em Cambé e tem uma gratificação aqui do estado.

Acho que a competência desse cidadão vai muito além do que ele recebe. Esse é um dos mais brilhantes homens da saúde do estado do Paraná. É um dos homens que mais têm trabalhado no Governo do Estado do Paraná. Eu tenho acompanhado. Tem sido nosso porta-voz na Secretaria. É o homem que atende ao telefone, manhã, tarde, noite e muitas vezes na madrugada. Foi graças ao Dr. Gilberto que, há uns 30 dias atrás, salvamos a vida de duas crianças lá na cidade de Ponta Grossa. Liguei à noite e lá estava de plantão o Dr. Gilberto Martin atendendo, resolvendo, buscando apoio para salvar uma vida. E se no dia de hoje temos lá em Ponta Grossa 11 leitos de UTI, até agora pela manhã tínhamos 9 vagas de leitos, um dos homens que fez isso é esse que está sendo acusado hoje, porque recebe uma gratificação.

Claro que tem que pagar bem os homens que trabalham bem, tem que valorizar um profissional do quilate de um Gilberto Martin. Um homem que atende ao telefone quando você liga na madrugada para salvar a vida de uma criança. Um médico que se estivesse na vida particular e não na pública, certamente teria um salário maior. Já foi Prefeito. Ele está pronto, trabalhando todos os dias.

Por isso, quero aqui com toda sinceridade defender a figura do Dr. Gilberto, hoje. Esse não merece, ganha pouco pelo que faz. Tem muita gente que ganha muito e não faz nada neste Governo, nessas instituições e em várias instituições deste estado não ganham o que ganha esse cidadão que trabalha pelo povo.

Por isso a minha defesa ao Dr. Gilberto, porque é o homem que tem nos ajudado a construir a melhoria da saúde na cidade de Ponta Grossa e nos campos gerais.

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido) (Aparte)

Deputado Jocelito, quero me associar às suas palavras aqui proferidas na tarde de hoje a respeito da figura do Dr. Martin, da Secretaria da Saúde.

Quero deixar o meu testemunho: ele, atendendo um pedido meu num sábado, sabendo que o Prefeito da cidade de Nossa Senhora das Graças, do PMDB, estava me apoiando, ele saiu de Londrina com o carro próprio e foi até Nossa Senhora das Graças para acompanhar este Deputado nas questões levantadas para resolver um problema de saúde desse município.

Deputado Jocelito, quero lhe parabenizar pela defesa que V. Exa. faz ao Dr. Martin. Certamente todos nós Deputados reconhecemos o valor desse médico trabalhando pelo Paraná. Ainda endosso também a figura de Cláudio Xavier, que na minha opinião é excelente Secretário da Saúde. Não um Secretário da Saúde como o Arnaldo Busato foi, mas um excelente Secretário da Saúde, pela época que estamos vivendo.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Acho que tem que ser analisado. Eu, quando fui Prefeito de Ponta Grossa, os professores da universidade que eu convidei para serem Secretários Municipais, vinham com o salário da universidade e recebiam a gratificação de Secretário.

Acho que sendo o Gilberto funcionário de Cambé, é normal ele ser cedido ao estado com seus salários e receba as gratificações do cargo do estado. É uma coisa absolutamente normal pelo que eu entendo. Não é o único caso, acho que em todos os lugares do Paraná acontece isso.

Vou dar um exemplo: em Ponta Grossa, o Chefe do Núcleo recebe o salário da universidade que é professor e mais a gratificação. Não sei porque todo este estardalhaço, sinceramente. Cumprimento-o. O Gilberto é um grande médico, uma pessoa da mais alta competência técnica. Nós sabemos sua história. É uma pessoa respeitada como sanitaria no Brasil inteiro. Tivemos o privilégio de conviver com ele e concretamente podemos conhecer a envergadura da sua ação técnica e sua competência política e administrativa.

Parabéns pelo seu pronunciamento e tem meu apoio.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Nobre Deputado Jocelito, não tenho nenhum pedido negado pelo Dr. Gilberto Martin e igualmente também não tenho nenhum pedido atendido por ele. Eu sou Deputado da Oposição, então, não estive no mandato parlamentar, nenhuma vez, em nenhuma Secretaria do Governo do Estado.

Mas, permita-me também dar o testemunho. Conheço o Dr. Gilberto Martin, é da nossa região, foi Prefeito de Cambé, um grande Prefeito, uma grande e extraordinária figura humana, um homem de uma dignidade intocável, irreparável, um padrão de servidor público.

Quero neste momento render minha homenagem e lamentar este momento turbulento em que sua figura vem sendo - de maneira injusta - atacada.

Nosso respeito, nossa solidariedade ao Dr. Gilberto Martin.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a V. Exa. que encerre, porque já extinguiu o tempo do Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu abri mão do Grande Expediente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quem abre mão, o passarinho escapa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu vou me lembrar disto, vou lembrar em todas as Sessões. Abriu mão, perdeu a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quem abre mão, abriu mão. Mas, V. Exa. tem a possibilidade de dar aparte ao Deputado Romanelli.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado. Vou esquecer do passarinho.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. foi infeliz na expressão, reconheçamos. Até porque de passarinho V. Exa. entende, por ser engenheiro agrônomo, vive no campo, embora corra o risco de uma plantação de soja ter muita pomba!

Mas, eu queria dizer, Deputado, que V. Exa. faz hoje, de forma muito justificada, a defesa de um homem público exemplar, um profissional que é professor da Universidade Estadual de Londrina, que é uma pessoa que tem profundo conhecimento da saúde pública no nosso estado, e que está dedicando sua vida a fazer o bem para as pessoas.

É muito ruim que a luta política que está sendo travada por um dos veículos de comunicação do nosso estado possa chegar a ponto de poder fazer o ataque pessoal para desestruturar alguém que está fazendo a gestão de uma política pública, ao lado do Secretário Cláudio Xavier. Não havendo mais nada para atacar a pessoa, quer atacar aquilo que é fundamental para um servidor público, que é seu salário, que é sua condição de vida para sustentar sua família!

Por isso, quero parabenizar V. Exa. mais uma vez, porque aborda o tempo da forma responsável como tem que ser abordado. Minha profunda e inteira solidariedade ao servidor público Gilberto Martin, tão injustamente atacado, de forma tão leviana. Lamentavelmente é aquilo que temos falado, aqui: não é possível que um agente público possa ser atacado da forma mais vil e traiçoeira como está sendo atacado,

hoje, o Gilberto Martin, pelo jornal que veicula esta matéria.

Por isso, parabéns a V. Exa., pela defesa que faz.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para finalizar, Sr. Presidente, só queria dizer que o Dr. Gilberto - o Deputado Péricles é testemunha disto - tem sido um grande defensor das causas da saúde. Tem nos ajudado, em Ponta Grossa, tem estado em Ponta Grossa seguidamente, tem cumprido uma jornada de trabalho que poucos servidores da saúde cumprem, dos homens públicos.

Então, quero render minha solidariedade ao Dr. Gilberto. Tem membro de Poderes aí, Sr. presidente, que recebe o dobro do que recebe o Dr. Gilberto, sem trabalhar. Esse trabalha! Por isso, quero aqui colocar minha solidariedade a ele, porque já precisei dele para salvar vidas e graças à sua vontade, muitas vezes na madrugada, conseguimos salvar uma vida.

Por isso, não acho justo esse ataque ao Dr. Gilberto. É um dos mais importantes homens da saúde deste estado do Paraná.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente!

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, estou ouvindo os elogios merecidos a esse ilustre funcionário público, mas queria fazer uma corrigenda aqui. O Dr. Gilberto não é Martins, é Martin. Até para que se grafie corretamente o seu nome. Fiz elogios a ele no sábado passado, quando estivemos nos reunindo em Londrina, na oportunidade em que estamos fazendo a reestruturação do PMDB.

Então, os elogios são todos pertinentes, só que o nome dele está sendo colocado de maneira incorreta. É Gilberto Martin.

O SR. PRESIDNETE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Está corrigido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só quero deixar claro que falei corretamente. Eu falei Gilberto Martin. Falei e está nas notas taquigráficas, até porque conheço e sei que não é Martins, mas Martin.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente corrigido e inclusive a sua posição com relação ao pássaro. Tudo certo!

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Pela ordem Sr. Presidente.

(Assentimento)

Também gostaria de me associar ao Dr. Gilberto Martin, que conheço há muito tempo, porque fomos Prefeitos na mesma época: enquanto eu era Prefeito de Irati, ele era de Cambé e depois exerceu por longo tempo na área da saúde. E para complementar, ontem estivemos reunidos na Santa Casa de Irati por mais de duas horas e ele tem sido uma pessoa extremamente atenciosa. Acho que são injustas certas questões que vão para a imprensa, para a mídia, sem conhecer a pessoa.

Portanto, é muito boa a colocação dos nossos Deputados, mas nós e a imprensa também precisamos respeitar as pessoas, principalmente quando não as conhecemos profundamente. Portanto, conheço de longa data, há mais de 15 anos, o Dr. Gilberto, conheço o seu trabalho e é uma pessoa íntegra e responsável.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, apenas para dizer que não ficaria jamais ofendido em utilizar o Martins, até pela figura do Dr. Gilberto. Então, fiquem à vontade!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

No dia de ontem nos manifestamos desta tribuna e discurremos sobre a reunião havida na manhã de ontem na sala das comissões, onde estavam reunidos os proprietários dos hospitais psiquiátricos do estado do Paraná. Disse naquela ocasião que o Deputado Romanelli havia recebido os proprietários desses hospitais psiquiátricos e que havia aberto um canal de negociações com a Secretaria da Saúde.

Vi na tarde de hoje, também, o Deputado Jocelito e outros Deputados enaltecendo o Dr. Gilberto Martin, que é, se não me falha a memória, o Superintendente da Secretaria da Saúde, que cuida das questões de investimentos e não sei o quê mais. Mas, tudo bem!

Srs. Deputados, a situação é grave, a situação é delicada. Já disse uma vez e volto a dizer de novo: os Srs. Deputados verão e o Paraná haverá de ver os hospitais psiquiátricos do estado do Paraná fecharem as suas portas. Infelizmente, infelizmente.

A diária, Srs. Deputados, que o SUS repassa para os hospitais, é de R\$ 28 e alguns centavos. Houve uma pequena correção, Deputado Dobrandino, chegando a R\$ 35 e alguns centavos. A Secretaria da Saúde propõe um entendimento, um aumento nessa diária de 35 para R\$ 42, desde que os hospitais aceitem o internamento de adolescentes. Ora, como é que a Secretaria da Saúde, Srs. Deputados, quer obrigar um hospital a aceitar o internamento de adolescentes quando ele não tem estrutura para isso, não tem estrutura física, não tem estrutura humana?

Deputada Rosane, V. Exa. que participou da reunião ontem com a presença de todos os hospitais psiquiátricos do interior do estado do Paraná, infelizmente a Secretária da Saúde não deu esperança nenhuma de haver qualquer suplementação nas diárias.

Pois bem, o que é que vai acontecer agora? Ou os hospitais aceitam o internamento dos adolescentes, ou permanecem nos R\$ 35. Permanecendo nos R\$ 35 a diária, é impossível os hospitais se manterem.

Pois bem, Deputados, vejam os números que temos aqui: O Hospital Adaauto Botelho aqui de Curitiba, tem no seu quadro, entre funcionários e o que ele tem gastado, e o que ele apresentou para nós pelo número de internamentos, o custo/paciente desse hospital chega a R\$ 279, e não está se computando nem viatura, nem telefone, nem luz, nem água, nem combustível, nada está nessa planilha, só funcionários e os remédios, e o custo/paciente diária chega a R\$ 279. Esse é o custo que os próprios hospitais, a dona Emília que é lá de Maringá, do hospital psiquiátrico, e outros hospitais que estavam presentes, Dr. Paulo lá de Londrina, de Umuarama, enfim, das mais diversas cidades do interior do Paraná, apresentaram para nós.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. já se fez representar numa reunião no ano passado, há 2 anos atrás, numa das reuniões que aconteceu na Secretaria de Saúde, o senhor era Chefe da Casa Civil, e o seu Assessor, acho que foi o Chefe de Gabinete, esteve presente nessa reunião, e V. Exa. sabe da problemática que esses hospitais enfrentam.

O impacto, eu pedi agora para os hospitais, eu falei agora para o Líder do Governo, Deputado Romanelli, que no final de semana iria apresentar para ele o impacto financeiro, Deputado Waldyr Pugliesi, que isso deve causar para o estado do Paraná. É algo em torno de R\$ 500 mil por mês, que não é nada para o estado, não representa nada, mas mantém os hospitais abertos no nosso estado. Não é possível que o Governo do estado não seja sensível diante desse pedido.

Ora, o que nós queremos no estado do Paraná? Queremos tratar os doentes, mas temos que tratar sim os doentes mentais, os dependentes químicos, não dá para jogá-los na rua, Deputado Waldyr Pugliesi. O que é que vai acontecer? O Paraná será o quê?

Aí podíamos dizer: se a saúde está na UTI, os hos-

pitais psiquiátricos estão sendo enterrados! Acho que essa é a frase correta, neste momento. Se a saúde está na UTI, os hospitais psiquiátricos do Paraná estão sendo enterrados! Tem que haver uma fórmula, tem que haver um meio que o Governo do Estado socorra urgentemente esses hospitais.

Ora, nós temos aprovado, aqui na Assembléia, e está no orçamento, uma emenda coletiva de R\$ 3 milhões. É isso que eles pedem. Façam a liberação imediata desses 3 milhões que já é um socorro para eles, mas isso é temporário, não é permanente, o estado precisa socorrê-los.

Olha, qualquer pessoa, mesmo não entendendo de saúde, como eu não entendo, eu me considero um leigo, me considero um analfabeto na questão da saúde, mas são números, é matemático. Ora, um hospital tem que dar 5 refeições: o café, o almoço, o jantar e os 2 lanches. São 5 refeições por dia. Tem o psiquiatra, o psicólogo, o assistente social, os enfermeiros, as enfermeiras, a luz, a água, enfim, todo custo que tem que ser pago e não tem como suprir isso com R\$ 35.

O Dr. Paulo de Londrina, Deputado Belinati, que esteve com o senhor ontem, na Secretaria da Saúde, disse: “Dr. Gilberto, vá lá e assuma o meu hospital! Administre o meu hospital! Veja se dá para conseguir!” Não tem forma e não se consegue!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, parabéns pelo seu pronunciamento.

Este assunto - saúde pública - o senhor fala especificamente de um setor que realmente tem tirado o sono dos paranaenses. É um problema nacional, mas vamos falar do Paraná, nós somos Deputados Estaduais do Paraná e estamos aqui para defender os interesses do povo do Paraná.

O senhor já conhece a nossa briga, a nossa luta, aqui, em favor das Santas Casas do Paraná. A Santa Casa de Campo Mourão também está tendo dificuldades, estão faltando recursos, o Governo não está cumprindo.

Hoje, recebi em meu gabinete uma pessoa que precisa daquele remédio contínuo, ela é aqui de Curitiba, e o Governo não está oferecendo, não está dando o remédio contínuo. Essa pessoa tem câncer e vai morrer, infelizmente.

Então, fico muito chateado, muito triste, porque fazemos discursos, cobramos, cobramos. Ontem, estive um pessoal de Londrina aqui, e parece que fica só nisso. Parece que o Governo está insensível a essa situação da vida dos paranaenses.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer que, na semana que vem, vamos vir à tribuna novamente, vamos trazer os custos mais detalhados e qual é o impacto financeiro que isso iria gerar para o estado do Paraná. Vamos trazer os números e aí o Governo pode ver que não é nenhum bicho de 7 cabeças, não é nenhum bicho papão. Tudo poderá ser resolvido.

Finalizo dizendo o seguinte: parabéns ao Prefeito Beto Richa, porque os hospitais de Curitiba, os pacientes de Curitiba - uma vez que Curitiba tem gestão plena de recursos da saúde - eles completam a diária para o hospital. O hospital que interna o adulto, aqui em Curitiba, recebe R\$ 60 e para o adolescente R\$ 90. Os hospitais de Curitiba recebem isso, graças ao Prefeito Beto Richa, que complementa a diária para os doentes mentais ou dependentes químicos que estejam internados em Curitiba, mas só para os pacientes de Curitiba.

Ele é sensível, sim, ele paga R\$ 60 a diária para o adulto e R\$ 90 para o adolescente. Parabéns ao Prefeito Beto Richa. Temos que reconhecer isso. Os hospitais nem pedem isso, eles pedem menos ainda. Um socorro de imediato, longe da tabela da Fundação Getúlio Vargas, que corrigida, hoje - os preços foram feitos em abril de 2000 - só pelo IGPM, estaria a diária em R\$ 82. Mas ele não querem isso, querem R\$ 53 e ficam satisfeitos, R\$ 53 para adultos e algo em torno de R\$ 80 para os adolescentes. A Secretaria da Saúde não pode querer obrigar os hospitais que não têm estrutura a internar adolescentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço, na certeza que na semana que vem voltaremos com outros números, para tratar desse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PP.

(Declina)

PT. Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso esta tribuna no dia de hoje, porque recentemente alguns órgãos da imprensa fizeram questionamentos a respeito do livro didático. Temos diversos Deputados aqui que foram ou são professores, como os Deputados Péricles e Professor Luizão e sabem quanto o livro didático, tanto em nível nacional, como no estado do Paraná, Deputado Dobrandino, o quanto representou de avanço para a educação.

O livro didático nacional, hoje, muito mais do que simplesmente estarem atacando a questão do livro didático, dizendo que ele é um processo ideológico e por isso mesmo deve ser subtraído e não deve ser entregue aos alunos da rede pública, essa condenação que vem sendo

feita, pela Central Globo de Jornalismo, recentemente, que diz que o livro didático é uma falsificação e um mecanismo ideológico, inclusive um mecanismo de “esquerdização” e que é um livro comunista, que está sendo distribuído, na verdade, o que esse senhor quis dizer, está por de trás de todo esse processo, um mercado editorial de R\$ 500 milhões, onde as editoras buscam avidamente, cada vez mais fazerem com que esse mercado seja um monopólio.

Alguns dados me chamam a atenção. Recentemente, uma das editoras, a Editora Moderna, que é ligada a Editora Espanhola, que é ligada a Opus Dei, que é ligada a grupos estrangeiros, tem feito duras críticas ao livro didático, não pelo seu conteúdo apenas, mas principalmente porque ele é distribuído a custo zero, a milhões de alunos no Brasil todo.

É interessante notarmos que a redução das editoras do Brasil estão se dando em um processo acelerado, que faz com que tenhamos uma grande concentração de poucas editoras. Em 1985 tínhamos cerca de 64 editoras, Deputado Péricles, o senhor que é da Comissão de Educação; em 1988, esse número caiu para 25; em 2006, apenas 12 editoras no Brasil fazem o livro didático.

Acho interessante que esse mesmo questionamento foi feito, no Paraná, com relação ao livro didático. A Secretaria da Educação, em uma iniciativa correta no nosso entendimento, abriu licitação para a compra de conteúdos - porque o conteúdo do livro é caro, a idéia, quem faz o livro é quem cobra muito caro - abriu a inscrição para o conteúdo do livro didático e não houve ninguém fazendo inscrição, ninguém quis pleitear, fazer o livro didático no estado do Paraná, apesar de sabermos que a impressão no Paraná é feita pela imprensa. Não houve inscritos e a Secretaria da Educação fez corretamente a opção de fazer com que alguns professores que foram classificados, durante um ano ficassem liberados para escrever o livro didático no estado do Paraná. São cerca de 12 disciplinas.

Um livro didático que sabemos que hoje custa para o estado em torno de R\$ 3 a R\$ 4, um livro que é de boa qualidade e principalmente um livro que dá condições para que cerca de 400 mil alunos no estado do Paraná possam recebê-los gratuitamente. Sabemos que um único livro hoje está em torno de R\$ 35 a R\$ 40. E que cerca de 12 livros representariam quase R\$ 500 para famílias que muitas vezes têm uma dificuldade imensa, não só de colocar os seus filhos na escola, mas de manter os seus filhos na escola.

Então, o que quero fazer aqui é uma defesa do livro didático no estado do Paraná, dizer que entendemos que o livro didático é um avanço, que a Secretaria da Educação está correta quando insiste que o livro deve ser feito a partir do pressuposto, do entendimento que têm professores da rede pública, e que entendemos que isso é muito mais em função da dis-

puta pelo mercado editorial do que do conteúdo que está posto no livro didático.

Outra questão que me traz aqui, antes concedo aparte ao Professor Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT) (Aparte)

Deputado Tadeu, parabéns pelo seu pronunciamento. Concordo com o que o senhor fala neste momento porque o livro didático tem sido um grande avanço nas escolas públicas, porque até recentemente os alunos e as famílias não tinham realmente condições de comprar livros. Uma meia dúzia de alunos compravam e os demais tinham que apelar para o xerox nas escolas que tinham xerox. Hoje, inclusive, alunos do 2º grau, do ensino médio, estão recebendo os livros didáticos, portanto, facilita e muito o trabalho do professor.

E me admiro com algumas opiniões a respeito do livro didático, porque certamente pessoas que entendem pouco de educação não sabem a importância do livro didático como apoio, e não que o livro didático vai fazer a cabeça do aluno para pensar desta ou daquela maneira. Muitas vezes, esses críticos, eles são críticos porque os livros didáticos trazem uma visão ampla da realidade e não uma ideologia dominante como há algum tempo atrás acontecia. Talvez isso é que incomoda muitos críticos desses livros, das escolas públicas, principalmente do estado do Paraná.

Então, os alunos, as famílias estão contentes, os professores têm um material de apoio importantíssimo. Estou ansioso para que cheguem as televisões com os pen drives nas escolas, que acredito vai ser outro avanço importante nas mãos dos professores e irá facilitar o ensino dos nossos queridos alunos do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Professor Luizão. Acredito que isso que o senhor fala, temos a obrigação de reconhecer os acertos, e temos feito, não só nas votações, mas publicamente, em que há um acerto do ponto de vista inclusive ideológicos do Governo. Temos reconhecido, porque acho que o papel que fazemos não é só sermos sempre favoráveis a tudo o que acontece, mas principalmente sermos favoráveis àquilo que entendemos ser extremamente correto. E o livro didático acho que é um avanço.

Não só para os paranaenses, é um avanço para a educação do estado do Paraná. E quiçá possa ser o livro didático modelo, assim como no Governo Federal, modelo para o Brasil todo, porque é bom lembrar que o livro didático que está sendo criticado em nível federal, foi aquele instituído pelo Governo Fernando Henrique, lá atrás. A proposta do Governo Fernando Henrique depois foi retirada, por pressão, inclusive das grandes distribuidoras. É a mesma que foi seguida pelo Governo Lula, acertadamente.

O segundo ponto que me traz aqui, Sr. Presidente, é com relação a uma decisão que foi tomada na Conferência Estadual das Cidades, e que tirou como encaminhamentos, realizarmos um amplo debate e em cerca de 120 dias encaminharmos junto. Obviamente que esse encaminhamento precederá uma longa conversa com o Governo do Estado, mas para que possamos encaminhar um projeto de lei à Assembléia Legislativa, para que possamos constituir o Conselho Estadual das Cidades, que hoje está constituído por decreto, fazê-lo através de um amplo debate com a sociedade.

E neste sentido, ontem, dia 1º de outubro, foi comemorado, realizado ou lembrado o Dia Mundial do Habitat, Dia Nacional da Reforma Urbana, Dia Nacional da Mobilização no Paraná, e alguns dos pontos que foram levantados e acho que são importantes para que nós, aqui no caso de Curitiba e região metropolitana possamos repensar e refletir - primeiro que no caso do Brasil temos 7 milhões de moradias no Brasil, enquanto 5 milhões de moradias estão desocupadas - Curitiba tem um déficit habitacional de 58 mil e 710 unidades, somando-se a este número as habitações inadequadas e as coabitações familiares - Curitiba tem 56 mil e 300 imóveis vazios e inutilizados - o centro de Curitiba, 40 mil metros quadrados de imóveis, ...

(Término do tempo. O Sr. Presidente concede mais um minuto para conclusão)

... um em cada 5 habitantes de Curitiba e região metropolitana mora em área de ocupação urbana - nós temos em Curitiba 259 ocupações irregulares e na região metropolitana, Srs. Deputados, 800 ocupações irregulares.

Essa luta pela moradia é uma luta que já se estabeleceu há alguns anos e pretendemos fazer aqui um grande debate a respeito da questão da moradia e do direito à moradia, o que obviamente fará com que muitos daqueles problemas que estão colocados hoje possam ser refletidos aqui nesta Casa.

Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário do PSDB, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição de Emenda Constitucional nº 083/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/04, que acresce artigo 210-A, ao Capítulo VI, do Título VI e artigo 69 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

PROPOSIÇÃO DE EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 083/04
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o seguinte artigo ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 210-A. A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

§ 1º Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes:

I - no ordenamento do território e no uso dos recursos hídricos, a conservação, a proteção e a preservação do meio ambiente;

II - a gestão sustentável dos recursos hídricos, solidária com as gerações futuras e a preservação do seu ciclo hidrológico;

III - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, assegurando-se a participação dos usuários e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios;

IV - o estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos;

V - o estabelecimento de prioridades para o uso dos recursos hídricos por bacia ou sub-bacia, sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população;

VI - na prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência de razões de ordem social frente às de ordem econômica.

§ 2º As águas superficiais e subterrâneas de domínio do estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral.

§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados exclusiva e diretamente por pessoas jurídicas de direito público.”

Art. 2º Fica acrescido o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 60 Eventual reparação decorrente do disposto no artigo 210-A não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados.”

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
DA CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO Nº 083/04

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem Governamental nº 031/04, a presente proposta de emenda à constituição, acrescentando artigo 210-A, objetiva assegurar a inviolabilidade do direito à vida humana, cuja efetividade depende do acesso à água potável.

A emenda procura estabelecer diretrizes e fundamentos para que seja proporcionada, de forma ordenada, água suficiente para atendimento das necessidades básicas dos habitantes do Paraná.

Estabelece, também, que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão preferencialmente por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob o controle acionário e administrativo do estado, proporcionando ao poder público a geração da política estadual de recursos hídricos e de saneamento, como dispõe os artigos 210 e 211 da Constituição.

Ao acrescentar artigo 60, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a proposta explicita que a eventual reparação decorrente do disposto no Artigo 210-A não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados. No nosso entendimento, observando-se a boa técnica legislativa, acrescentar um articulado às disposições de cunho transitório, não se aplica, sendo melhor inserido o preceito na proposição, se encaminhado na forma de um parágrafo 4º, acrescido ao corpo do artigo 210-A, suprindo-se o artigo 2º da proposta.

Realizada a reparação acima expressa, cumpre a esta Comissão Especial, manifestar o seu entendimento quanto a inexistência de inconstitucionalidades ou ilegalidades na proposta em epígrafe, estando a mesma em condições de tramitar até a derradeira decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Isto posto, a Comissão Especial de Reforma da Constituição apresenta parecer favorável à presente proposta, opinando pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva geral que apresentamos em anexo.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
DA CONSTITUIÇÃO
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
À PROPOSIÇÃO Nº 083/04

“Art. 1º Fica acrescido o seguinte artigo, ao Capítulo IV, do Título VI, da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 210-A. A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

§ 1º Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes:

I - no ordenamento do território e no uso dos recursos hídricos, a conservação, a proteção e a preservação do meio ambiente;

II - a gestão sustentável dos recursos hídricos, solidária com as gerações futuras, e a preservação do seu ciclo hidrológico;

III - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, assegurando-se a participação dos usuários e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios;

IV - o estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos;

V - o estabelecimento de prioridades para o uso dos recursos hídricos por bacia ou sub-bacia, sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população;

VI - na prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência de razões de ordem social frente às de ordem econômica.

§ 2º As águas superficiais e subterrâneas de domínio do estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral.

§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados preferencialmente por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob o controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.

§ 4º Eventual reparação decorrente do disposto neste artigo, não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados.”

Art. 2º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner e Ney Leprevost

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR BERTOLDI (**Democratas**) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, demais membros da Assembléia, há dias atrás tive a honra de, através de uma Comissão Especial, ser o Relator de uma matéria de suma importância para o estado do Paraná, trata-se da Proposição 083/04, de autoria do Governo do Estado do Paraná, no sentido de preservar e regulamentar algumas questões relacionadas à água, esse bem vital, esse patrimônio da humanidade e que muitas vezes foi motivo de guerra, até hoje é motivo de algumas guerras, o domínio da água mundial.

Hoje o que vivenciamos é um atropelo muito grande por parte das empresas multinacionais, no sentido de buscar comprar a maior parte dos recursos naturais ainda existentes no mundo. Segundo estudos, hoje, 90% das nascentes naturais de água está nas mãos de empresas como a Coca-Cola, a Nestlé, enfim, grandes multinacionais que detêm o domínio da água. Dentro de uma visão dos próximos 50 anos, e não muito longe disso, teremos problemas circunstanciais na questão de abastecimento da água. Hoje o que podemos ver é que muitas pessoas vivem sem a possibilidade de ter água potável na porta de suas casas. Temos estudos relacionados a UNESCO que dizem respeito à mudança climática que elevará significativamente a pressão sobre os recursos hídricos, mudará os padrões de chuvas e encolherá a cobertura de neve e gelo com que os rios são alimentados.

Temos também, de acordo com os números apresentados pela ONU, fica claro que o controle de uso da

água significa deter poder e este poder de ter esses recursos naturais não pode deixar de estar nas mãos do estado, a meu ver.

Quando elaboramos esse projeto, no seu artigo diz o seguinte: *Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes: no ordenamento do território e no uso de recursos hídricos a conservação, proteção e a preservação do meio ambiente. A gestão sustentável dos recursos hídricos, solidárias com as gerações futuras e a preservação do ciclo hidrológico.* Isto quer dizer o quê? O estado tem que manter os seus mananciais, os seus recursos hídricos.

A gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos assegurados e a participação do usuário e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios.

O estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos.

O estabelecimento de prioridades para o uso de recursos hídricos por bacia ou sub-bacia sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população.

Ou seja, ao votar esse projeto, estamos dando um encaminhamento que, se no futuro, por escassez de água tivermos que optar pelo uso da água para geração de energia ou para o uso humano no sentido de abastecimento, para que as pessoas possam beber água, o estado poderá interceder nesse sentido.

Também na preservação de água potável e saneamento a prevalência de razões de ordem social frente à ordem econômica. Não é possível que, quando se trata de um bem tão primordial para a existência da humanidade, prevaleça o poder econômico ou prevaleça a vontade econômica. Tem que prevalecer a razão maior que é a razão da vida.

As águas superficiais e subterrâneas de domínio do estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral e não ao interesse de alguns grupos.

Os serviços públicos de saneamento, no seu parágrafo 3º estabelece que: *Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados, preferencialmente, por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob o controle acionário e administrativo do Poder Público estadual ou municipal.*

Esta foi uma questão em que nós, como Relator do projeto, demos de sugestão a este projeto. Principalmente no que diz respeito à sociedade de economia mista sobre o controle acionário e administrativo do Poder Público estadual. Esse projeto vem ao encontro daquilo que nós acreditamos.

Não poderia, de maneira nenhuma, como um estudioso na área de sustentabilidade, acreditar que apesar da minha ideologia política no sentido de que muitas das questões em que o estado trata deveriam ser tratadas pela iniciativa privada, e aí poderia dar algumas dezenas de exemplos, mas no que diz respeito a água que é um bem

natural, que é um bem essencial à vida, o nosso parecer foi favorável a essa mensagem, porque vem ao encontro daquilo que estudamos ao longo da vida e daquilo que acreditamos que estamos fazendo de maneira certa, até porque sabemos que num futuro não muito distante teremos falta de água na humanidade. E a maneira para que possamos controlar esta escassez de água será de maneira que o Governo possa ter, e a sociedade como um todo, deter a posse desse patrimônio da humanidade, que é o recurso hídrico.

O nosso estado em especial é um estado onde, graças a Deus, temos por natureza diversos recursos naturais, diversos recursos hídricos. E isso nos dá uma posição de vanguarda no que diz respeito a outros estados do Brasil e quem dirá do mundo. E é nesse sentido que relatamos esse projeto.

Peço ao Plenário desta Casa que votem com o projeto da nossa comissão, que votem pelo bem do estado do Paraná, que votem preferencialmente pela manutenção da posse desse recurso natural aos paranaenses, porque na verdade esse é um patrimônio da humanidade que não pode estar sob o domínio da iniciativa privada. É um discurso meu que muitas vezes vou ser questionado do porquê tanto da defesa de que este patrimônio fique nas mãos do estado. E muitas vezes, quando sou questionado em outras questões, acredito que a iniciativa privada tem capacidade de ser melhor que o estado, porque estamos tratando de vidas. E a vida não pode estar nas mãos de poucos, a vida tem que estar nas mãos da sociedade no geral.

É nesse sentido que faço a discussão desse projeto e peço o encaminhamento desse Plenário para que vote favoravelmente ao nosso relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, estamos discutindo e depois é o encaminhamento da votação.

Sr. Presidente, senhoras e senhores. Vejamos, não sou constitucionalista, confesso que não sou. Também não sou formado em Direito. Mas o que sou, sou legislador, e quando você faz leis, no mínimo você tem que saber o que está votando. No mínimo. E estamos neste momento votando uma PEC do Governo do Estado, com todo respeito que tenho por todos os Parlamentares, inclusive pelo eminente Relator Deputado Osmar Bertoldi que é do meu partido. Relator desta PEC. Entendo que esta PEC não encontra respaldo legal nenhum.

Entendo, quando ela for questionada, por qualquer cidadão, por qualquer empresa, ela será julgada inconstitucional.

A imprensa do Paraná, o que é que a Assembléia Legislativa está fazendo neste ano? Tentando corrigir

erros do Governo do Estado. Esta é a verdade. Tentando corrigir erros do Governo.

Srs. Deputados, olha o que eu vou dizer agora, que fique registrado nos Anais, e aquilo que a imprensa vai escrever no dia de amanhã, que se guarde para que no futuro venhamos a ver quem estava com a razão e quem não.

Se não bastasse as ações que o Governo do Estado já perdeu, na Justiça. Se não bastasse, Srs. Deputados, a reunião que os Procuradores do Governo do Estado realizaram com os Deputados da Assembléia Legislativa, Situação e Oposição, quando eles alertaram: “O passivo que este Governo vai deixar para o futuro é incalculável. Vamos pelos números. O que é que vai acontecer com as concessionárias de pedágio? O que é que vai acontecer com o porto de Paranaguá? O que vai acontecer com a Syngenta? O que vai acontecer com o Grupo Dominó? O que já aconteceu com a UEG Araucária Termelétrica? O que já aconteceu? Quase R\$ 600 milhões que o povo do Paraná pagou por um ato unilateral do Governo.

Vamos entender a Constituição escrita, e relatado pelo Deputado Caíto Quintana. Artigo 210 da Constituição, está claro: *O estado, juntamente com os municípios, instituirá com participação popular programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa preventiva da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte de domínio do meio ambiente aos impactos causados.*

Parágrafo Único. O programa será regulamentado mediante lei e orientado no sentido de garantir a população ... e assim por diante.

O que temos em termos de legislação ambiental no nosso estado e no Brasil, e sobre o saneamento rural? Uma Lei Federal nº 9433/97, que regulamenta a questão do saneamento no nosso Brasil.

No estado do Paraná temos uma lei que regula. Agora, não venham amanhã ou depois, querer dizer que somos contra o controle público das empresas de saneamento básico.

Srs. Deputados, a Lei nº 11963, aprovada aqui na Assembléia, é lei. É lei, já existe!

Fica o Poder Executivo autorizado no termo dessa lei a vender, dar a caução ou oferecer com garantia operações de crédito, financiamento de operações de qualquer natureza, ações que detêm da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, observado os seguintes limites:

Sr. Deputados, vejam o que diz o item 1: *Até a totalidade das ações emitidas e nome do estado do Paraná, devendo deter sempre, no mínimo, 60%.*

As pessoas que dizem que a SANEPAR voltou ao controle acionário do estado, que isso aqui é para devolver para o estado do Paraná o controle acionário, minha gente, o Paraná sempre teve e continua tendo 60%, aí fala: “o controle administrativo”. Ora! Srs. Deputados. A SANEPAR tem hoje 11 membros do Conselho de Admi-

nistração. O Presidente da SANEPAR sempre é o Presidente. O estado tem 6 membros, e o setor privado tem 3. A diretoria - não quero defender privado, nem acusar público e vice-versa - mas o que estamos votando hoje, essa emenda, eu diria para os Srs. Deputados, é muito mais para o Governo do Estado ter uma justificativa para a população pelas derrotas que ele obteve na Justiça, no STJ e também no Supremo. Se alterarmos essa lei hoje, ela não pode retroceder. Ela não tem validade nenhuma para os contratos já firmados. E não pode, Srs. Deputados, Presidente Nelson Justus, a Assembléia Legislativa, mais uma vez, ser usada como instrumento para atender a vontade pessoal do Governador. Isso que ele pede na Constituição e nessa PEC, a grande parte é lógico e óbvio, mas é claro que todos nós, qualquer cidadão pede isso. E já está na Constituição ou está na lei que regulamenta a Constituição ou está na lei federal.

Diria que o Governador já sabe do erro que ele cometeu. O Governador já sabe que ele foi derrotado não no Paraná, ele foi derrotado no STJ, ele foi derrotado no Supremo Tribunal Federal por unanimidade. Como é que nós, aqui na Assembléia, queremos fazer uma lei nesse momento, alterar a Constituição por um ato que o Governo do Estado tenha cometido? Acredito que esse é o objetivo principal, para que o Governo do Estado tenha um novo elemento para querer questionar na Justiça novamente. Bem ou mal feito. Mas vivemos um estudo de direito democrático.

Não podemos, através de uma PEC, como diz o parágrafo 4º nessa PEC - lendo: *Eventual reparação decorrente do exposto não gerará indenização do lucro, cessante, remoção, única e exclusivamente os investimentos não amortizados.*

Olha, eu disse, não sou constitucionalista e não tenho formação de Bacharel em Direito. Não sou formado em Direito. Mas, o que regulamenta isso acho que é o Código Civil e outras legislações. Não pode o Governo do Estado se sobrepor à legislação vigente. É lamentável que devamos discorrer mais uma vez sobre esse assunto. Seria isso, num primeiro momento, na discussão dessa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Venho à tribuna até para parabenizar o Relator dessa PEC, que colocou com clareza e objetividade a importância da água na sociedade e nos seres que habitam a terra. Não me parece que devamos transformar nossa Assembléia Legislativa numa visão de Situação e Oposição, que o que venha de um lado tenha que ser questionado inevitavelmente pelo outro. Nós somos aqui 54 Parlamentares que representamos, pelos votos conseguidos nas nossas legendas, o cidadão paranaense, desde

aquele que investe no setor de venda de água até aquele mais humilde, mas que ainda paga a água tratada, até aquele cidadão que mora nos fundões do nosso estado e que o rio, o lajeado, a fonte são a água disponível para a sua vida.

A Campanha da Fraternidade elegeu a água como elemento de vida. Água não pode ter objetivo da exploração privada sobre o domínio público. O passado nos mostra, nas grandes caravanas que colonizaram regiões de muitos países, o proprietário de uma fonte d'água acabava dominando a região, porque a água era sua. Os demais tinham que pagar para poder utilizá-la. Os oásis, no deserto, são pontos que a sabedoria oriental mantém como pontos de socorro aos viajantes que por lá passam.

Que coincidência, estamos querendo transmitir, na argumentação do Deputado Elio Rusch, como se estivéssemos tentando salvar derrotas ou discutir problemas acionários na SANEPAR, que é uma empresa do estado. Existe a participação privada. Existe! Esta participação existe, existiu e continuará existindo. E só V. Exa. ver, Deputado Elio Rusch, que esta mensagem foi encaminhada para a Assembléia Legislativa no dia 16 de novembro de 2004, que V. Exa. vai perceber que nem julgado estava. Nenhuma das ações citadas por você, quando o estado, preocupado com a questão da água e preocupado com a questão do que representa a água no meio ambiente, procura estabelecer normas para o seu consumo e sua utilização racionais. Pode, hoje, um cidadão que passe um rio na sua propriedade, desviar esse rio para irrigação, sem permitir que aqueles que ficam para baixo, tenham acesso a essa água? Pode ele fazê-lo? É claro que não pode! A água é um bem universal do cidadão. E é dentro deste contexto o que esta PEC está dizendo. Nada mais que isto!

Amanhã, haverá companhias de saneamento que terão sócios privados. E por quê não? Mas, o componente água, de subsolo, este é público! Este não pode ser privado, este detém a capacidade de fazer todos os outros dependentes de um bem essencial à vida! É só isto!

Agora, se tem lei, me desculpe Deputado Elio Rusch, V. Exa. se declara, aqui, não constitucionalista, não bacharel, mas há de saber, como legislador, que lei está em degrau bem abaixo de um dispositivo constitucional. Lei não regulamenta Constituição. É o inverso. A Constituição é que regulamenta a lei. Nenhum lei afronta a Constituição!

Portanto, para dizer que um projeto é inconstitucional, ele deverá estar afrontando dispositivos da Constituição e não afrontando dispositivos de lei ordinária ou de lei complementar, ou seja o que for. A maior lei, por isso se fala, a lei das leis, é a Constituição. Nós estamos aqui votando aquilo que todos os paranaenses que nós representamos aqui, em 54, esperam que nós façamos, que é de dar à água um tratamento público, não permitindo empresas e não permitindo também que lá no interior de Marechal Cândido Rondon. Toledo e tantos outros locais,

alguma pessoa se utilize desse bem público, não permitindo a utilização do outro. O Brasil detém isso, mares territoriais para quê? Para garantir ao país essa água que é universal.

Então, quero fazer um apelo à ponderação que sempre aprendi a conhecer do Deputado Valdir Rossoni, que muitas e muitas vezes exaltado, exasperado, procurando defender pontos de vista com relações políticas nesta Casa e muitas e muitas vezes perde por a Oposição ser minoria. Mas, gostaria de pedir ao Deputado Valdir Rossoni, Líder da minoria, Líder da Oposição, aos Líderes dos demais partidos políticos de Oposição aqui presentes, que nesta votação que diz respeito à água esqueçamos Governo e Governadores, que lembremos do Paraná, porque no final do ano de 2010 não será Governador do Paraná o Roberto Requião e será um outro, mas o Paraná e os paranaenses serão os mesmos e estarão esperando que agora saibamos preservar o bem de maior importância para a vida que os paranaenses têm, que é a sua água, as bacias hidrográficas e a sua possibilidade de todos poderem partilhar um bem que não é nosso, mas que é da natureza.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para discutir, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Essa emenda constitucional para decidir o meu voto e conversando com companheiros do PPS e também de outros partidos, todos sabem que faço oposição ao Governo Requião, mas a prioridade no meu voto é o benefício da população. Então, tem projetos que o Governo encaminha e que se acho que pode beneficiar a população, eu voto a favor, como foi o caso do projeto, relatado inclusive por mim, que possibilita a contratação de novos professores para as universidades, faculdades, enfim. Então, é um projeto do Governo e que eu, Deputado da Oposição, votei a favor.

Esta emenda é como disse o Deputado Caíto Quintana há pouco: não estou preocupado com quem é o Governador ou quem vai ser lá na frente, até porque eu também não estava aqui como Deputado quando era o outro Governador, que foi o Jaime Lerner.

Então, conversei também com o Deputado Marcelo Rangel, que é o PPS, e vamos votar a favor desse projeto que trata do tema água.

Mas, quando falamos do tema água, naturalmente tenho que lembrar da SANEPAR e aí tem coisas que não concordo com relação ao Governo, que é por exemplo a contratação de muita gente na SANEPAR, salários muito altos e com isso não concordo! Tivemos inclusive aqui a presença do presidente da SANEPAR há tempos atrás para tentar se explicar, acabou não explicando nada e continuou aquele processo e ali foi um prejuízo muito

grande que o Paraná teve, talvez por estar realmente na mão do poder público a SANEPAR. Só que concordo que tem que continuar na mão do poder público, mas o que precisa é administrar melhor. Cito aqui o exemplo da SANEPAR e se pegarmos a taxa de esgoto, que é hoje 80% e que tem um projeto de lei do Deputado Mauro Moraes que já está tramitando para reduzir para 40%, que também sou a favor que reduza, mas infelizmente esse projeto não anda, não tem pressa e não se reduz, e que se reduzir vai beneficiar a população.

Então, o Governo que vai continuar administrando a SANEPAR, e entendo que realmente a água, o essencial é privilegiar a população, vou votar a favor desse projeto, mas alertando o Governo que precisa realmente, com a administração da nossa SANEPAR, porque um dia desses eu vi funcionários da SANEPAR fazendo greve, ouço a reclamação do povo mais humilde com relação à taxa de esgoto, e nisso o Governo poderia também pensar para poder beneficiar a população.

Então, encaminho o meu voto, que vou votar logo na sequência, a favor desse projeto.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão. Encerrada a discussão. Está portanto em votação o projeto.

Para encaminhar a votação, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero encaminhar essa PEC, inicialmente Deputado Rangel, dizer que em nenhum momento, Deputado Douglas, em nenhum momento eu tive a preocupação de induzir alguém aqui, como Líder da Oposição, para que votasse favorável ou contra, porque quando se trata da água é uma coisa que chama a atenção, é o assunto do momento, temos que ter muito cuidado com isso. É natural que o Governo use a água para satisfazer as suas guerras pessoais.

Quero aqui, Deputado Luiz Carlos, não sei qual é o posicionamento de V. Exa., mas o que não podemos conceber, e me permita discordar do encaminhamento dessa PEC, Deputado Douglas, eu cito aqui o artigo 4º e que V. Exa. pode agora consultar qualquer jurista, V. Exa. vai perceber que o artigo é inconstitucional.

Ora gente, estamos aqui fazendo um jogo de faz de conta, e por isso lamento o que está acontecendo. Ninguém é contra atitudes do Governo que venham preservar a água, a SANEPAR, o controle acionário, discutível a questão administrativa como já disseram aqui, porque a incompetência tomou conta da administração da SANEPAR. Eu fiz a leitura outro dia, aqui, do número de cargos que ganha R\$ 18 mil, de Diretores, tem Diretor até para apagar a luz da SANEPAR.

Por esta razão, não vamos usar do meio, que eu considero até uma chantagem constitucional, usar da

água para querer que esta Casa assine um recibo numa PEC inconstitucional. Eu não estou aqui discorrendo sobre toda a PEC, Deputado Elio Rusch, eu estou citando um artigo. E em conversas aqui o próprio Governador admitiu que poderia suprimir esse artigo 4º.

Então, aí eu pergunto, Deputado Douglas, vamos lá Deputado Nelson Justus, me permita discordar do encaminhamento desta PEC, da forma com que foi. Ora, se ela está aqui há 2 anos, por que não tivemos uma conversa, um debate com as lideranças, com os Deputados interessados? Se nós tivéssemos feito um debate, na semana passada, teríamos levantado o que estamos levantando hoje! Deputado Luiz Carlos Martins, tenho certeza que V. Exa. gostaria, como Líder, de participar desse debate. Teríamos corrigido as imperfeições, os erros, a inconstitucionalidade e estaríamos votando uma lei por unanimidade.

Deputada Rosane, sei que é difícil o Partido Verde votar contra um projeto que trata da água, mas quero dizer a V. Exa. que não estamos tratando da água, estamos tratando da competência ou da incompetência desta Casa. Ora, se há formas de fazer uma PEC sem erros, sem inconstitucionalidade, fazemos a duas mãos, porque a água do Paraná não é do Requião, é nossa, é minha, é do meu neto, é da minha família, é dos meus amigos, é dos meus eleitores, agora, não posso, por causa da pressa, dizer amém. Não vou dizer.

Quero dizer aos companheiros que sempre votaram com a Oposição que encaro isso com naturalidade, mas é importante deixar registrado, aqui, neste momento, que estamos votando uma PEC, a forma como isso está sendo conduzido; a forma como isso foi feito; a admissibilidade da inconstitucionalidade pelo próprio Governador, no artigo 4º, e aí vamos votar com toda essa pressa desnecessária. Não sei se há regimentalmente condições, até porque não me ative a isso, mas não tenho dúvida que prestaríamos um grande serviço ao Legislativo paranaense se retirássemos essa PEC, hoje, corrigíssemos os erros e suprimíssemos o artigo da inconstitucionalidade. Esta Casa estaria dando uma demonstração de grandeza e estaríamos votando este projeto por unanimidade.

Agora, se com dois anos não tivemos tempo de corrigi-la, também não temos mais o que cobrar. Quero dizer que comecei a ouvir falar desta PEC ontem, às 17h, e aí fiquei pensando: qual PEC? Daonde surgiu? Vamos procurar a publicação. Tudo que tinha que ser feito, legal, foi feito: publicação, parecer. As medidas regimentais corretas foram tomadas. Agora, a pressa é inimiga da perfeição.

Deputado Romanelli, gostaria que V. Exa. levasse ao Exmo. Sr. Governador e dissesse a ele que quando ele quiser aprovar uma PEC, aqui, da água, do sol, do vento, do oxigênio, do que for necessário, precisamos ter a grandeza de ouvir as partes, discutir as partes, ler esta PEC. Ora, nós soubemos da votação ontem. Hoje, estamos aqui mostrando. Está sendo admitida a inconstitucionalidade.

Sabe o que estava sendo feito? Parece que o papel se inverteu. O argumento é de que nós, ao não votarmos isto, estamos sendo favoráveis ao Grupo Dominó. Não conheço Dominó, não conheço quatrilho, não conheço nada. Eu não sou contra nem a favor do Dominó. O que eu tenho que preservar é o que nós estamos aprovando.

Então, parece que os papéis se inverteram, Deputado Douglas.

Permita-me, Deputado Romanelli, talvez eu seja injusto com V. Exa., mas sabe o que o grupo Dominó - atentai para isso, Deputado Nishimori, como diz aquele Senador do Piauí - neste momento está dizendo: tomara que aprove! Sabem por quê? Isso aqui não resiste um minuto à Justiça. O Grupo Dominó está do outro lado da rua e nós estamos fazendo o papel de servi-lo, de forma indireta, com discurso, com uma justificativa absurda.

Parece que aqui, uma dúzia de Parlamentares que vai votar contra esta PEC é contra o mundo, contra a água, contra o sol, contra a vida, contra tudo. Nós não somos contra nada. O que não somos favoráveis é à incompetência! Na hora em que votarmos uma PEC, qual a diferença que fará se esta PEC for votada hoje ou segunda-feira, na semana que vem? Nenhuma! Ficou 2 anos, fica mais uma semana para corrigirmos e podermos votar por unanimidade, uma coisa bonita, todos os Deputados - como é vendido no mérito - favoráveis à vida, à água.

A Constituição tem que ser respeitada e por esta razão fica registrado, Deputado Caíto, o nosso voto. Que fique claro para que amanhã não se venda à opinião pública que os Parlamentares que se posicionarem contra são contra a água e contra a vida. O que não somos favoráveis é brincarmos de aprovar PEC, porque não é o caso do Deputado Rossoni, é o caso de Parlamentares com amplo conhecimento jurídico, com profundo conhecer jurídico, que estão dizendo amém, aqui, porque o Governador deu pressa esta semana. Eu vi o porquê da pressa. Sabem por que a pressa do Governador? Esteve no Paraná a Ministra do Meio Ambiente. Ela falou e o Governador, carinhosamente, colocou a mão sobre o seu ombro e disse o seguinte para ela: "Aqui, no Paraná, vamos aprovar uma PEC na Assembléia esta semana." Nem se tinha falado em PEC, foi uma lembrança que ele teve no momento e nós estamos nos subordinando. Não quero ser insubordinado, mas não quero ser conivente com os erros e os arroubos do Governador.

Fica registrado, Deputado Romanelli, o nosso voto contrário a esta PEC pela inconstitucionalidade do artigo 4º. Além disso, quero que fique registrado o passivo, tome nota desta palavra, passivo, que este governante deixará para os próximos governantes. Será um passivo, pelo o que este estado passará por muitas dificuldades. Os exemplos estão aí e por esta razão ficará marcado na história desta Casa, o nosso posicionamento.

Quero pedir desculpas aos Deputados que discordam do meu posicionamento, mas me obrigo, como Líder da Oposição, não assinar algo, aqui, que é inconstitucional.

nal. Não votar algo que o próprio Governador admite que poderia ser suprimido, o artigo 4º, e dizemos amém pela pressa. E a pressa é inimiga da perfeição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes apenas de V. Exa. encaminhar, eu gostaria, Deputado Rossoni, de esclarecer aos Srs. Deputados e, principalmente, que esta presidência em momento algum - faço questão de deixar bem claro isso - foi pautada pelo discurso do Governador Requião. Até porque avoco, aqui, o testemunho dos Deputados que fazem parte desta comissão, há 60 dias esta presidência distribuiu esta PEC. Esta PEC está circulando aqui nesta Casa há 60 dias atrás, então não vou poder concordar que a pressa do Governador Requião, que o compromisso com a Ministra ou coisa que o valha tenha pautado esta presidência. De maneira alguma. Faço questão de deixar claro.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Me permita uma questão de ordem. São raras as oportunidades que o Presidente usa da palavra. Quero dizer a V. Exa. que o que questionei aqui, sobre a questão da PEC, se nós, Sr. Presidente, liderados por V. Exa em quem depus meu nome, que goza de minha inteira confiança, que goza da minha admiração, me permita discordar em alguns momentos. Se V. Exa. como Presidente desta Casa, com a autoridade que tem, com o respeito que goza junto aos Srs. Parlamentares, tivesse convocado uma reunião de Líderes, discutido essa matéria, certamente teríamos dado a nossa contribuição para que não estivéssemos votando algo que todos os juristas que consultamos hoje pela manhã, alegam a sua inconstitucionalidade.

Então, quero dizer que nutro por V. Exa. um carinho enorme, mas quero dizer que há momentos nesta vida que temos de discordar, se não até fica feio para a própria democracia. Peço desculpas se fui ofensivo a V. Exa., mas permaneço com a minha mesma postura. E encareço que a V. Exa. goza de minha confiança.

Gostaria que V. Exa. numa outra PEC, legitimasse os Líderes desta Casa, como sempre legítima nas suas atitudes. Os convoque, os intime e vamos discutir essas PECs, essas leis importantes para este estado, para que não cheguemos aqui com a PEC eivada de erros e de inconstitucionalidade.

Desculpe-me, Presidente, compreendo V. Exa. e cumprimento pela postura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para confirmar, Deputado Rossoni, todo mundo sabe do respeito e da amizade que temos um com o outro. Mas, no dia 29 de agosto, solicitei aos Líderes do PMDB, do PSDB, do PT, do Democratas, do PP e do bloco para indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial. Foram indicados pelos Líderes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Francisco

Bührer, Elton Welter, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi. Estou com o documento, está pronto para votar.

Estou com o documento aqui na minha mão. Fica difícil para mim depois. O Governo ficou sabendo que íamos votar, pode ter se antecipado com a Ministra, mas ele não pautou a Ordem do Dia nesta Casa, em momento algum e não vou permitir isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. pode não permitir, tem todo o direito e autoridade para isso. Permita-me discordar porque eu não tinha conhecimento desta PEC. Tive conhecimento ontem às 17h e certamente, se tivesse sido convidado para discutir esse assunto, teria me assessorado, como me assessoriei para questionar essa questão da PEC, porque ninguém é contra a qualquer lei que venha ao encontro das necessidades e prioridades do momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acho que esgotada a discussão, o inconformismo do Deputado Valdir Rossoni, entendo até a postura do Deputado, porque certamente ele não se atentou sobre a tramitação da PEC. A PEC só faz, Deputado Rossoni, exatamente 3 anos que está aqui na Assembléia Legislativa.

Na verdade, o dia em que a Assembléia estiver informatizada, as leis, os projetos, as PECs estiverem no nosso site, certamente vai facilitar o acesso e com isso vai facilitar o conhecimento de tudo o que está acontecendo aqui nesta Casa.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro que estou absolutamente solidário com V. Exa., quero dizer que tenho o maior respeito pelo Deputado Valdir Rossoni, é meu amigo, uma pessoa com quem eu convivo há muitos anos, mas está sendo injusto neste momento. Por que está sendo injusto? Porque esta PEC tramitou por esta Casa, tem sido discutida, o Deputado Osmar Bertoldi, que é o Relator, fez um belíssimo relato, aprofundou, modificou, inclusive fez um substitutivo geral em relação à PEC original, adequou a técnica legislativa à redação que tínhamos nessa proposta de Emenda Constitucional, criou, de fato, uma modificação importante e essa Proposição nº 083/04, 2004, na verdade é um instrumento legislativo moderno, extremamente importante na sociedade que estamos vivendo, uma sociedade que é pautada pelo consumismo, e temos que reconhecer que alguns bens que são essenciais à vida e o artigo 210-A, da nossa Constituição do Paraná vai poder trazer, esculpir a nossa Constituição que no Paraná a água é um bem essencial à vida.

O acesso à água potável e ao saneamento básico constitui um direito humano fundamental. E o que é direito humano? O que é direito fundamental? São os

direitos da humanidade, são os direitos que são inerentes à própria natureza humana.

Por isto, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, as propostas, os princípios norteadores da gestão dos recursos hídricos, da gestão das águas no estado do Paraná, respeitado, é claro, o poder normativo que tem o Governo Federal quem tem grande parte e competência para legislar sobre o tema que envolve a gestão das águas, e nós agimos como Poder concorrente poder legislar sobre este tema, mas ao estabelecer as políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento que envolvam a gestão descentralizada, a gestão sustentável, o estabelecimento das bacias hidrográficas, modernamente o grande instrumento para se poder fazer a gestão dos recursos hídricos e fundamentalmente a questão que envolve a prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência das razões de ordem social e não as de ordem econômica, como queria mesmo o Grupo Dominó.

O Grupo Dominó colocou lá no famoso acordo de acionista, primeiro lugar, o que a SANEPAR tem que buscar? Maximizar os lucros. Não era fazer política que pudesse, de fato, pensar em serviço público de atender a população que precisa de água, tanto a população carente, quanto aquela que não é, que pode pagar, mas maximizar lucro não pode ser objeto de um tema que é um bem da vida, um bem essencial à vida das pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa construiu hoje quase um consenso, Deputado Zucchi. A Bancada Independente se reuniu, discutiu e vai votar a favor, como vai votar a Bancada do PT, do PMDB, do PTB, diversos outros Srs. Parlamentares que são independentes, a Bancada do PPS, os integrantes, a grande parte dos integrantes da Bancada do PSDB, dos Democratas, de forma suprapartidária, Deputado Zucchi, e V. Exa. que é Vice-Presidente desta Casa e certamente das mais importantes lideranças do PDT no nosso estado e nesta Casa.

Por isso que o PP do Deputado Duílio, da Deputada Cida, do Deputado Belinati, enfim todos, de forma suprapartidária, hoje vão votar a favor de uma PEC, eu diria a PEC do bem, do maior bem da vida!

V. Exas. sabem, toda a água que tem no planeta Terra, toda água, desde o início é a mesma água, nós nunca conseguimos produzir uma gota de água, ninguém conseguiu produzir! Nós produzimos tudo, menos água e a água, para que nós a tenhamos em abundância, temos que ter a sustentabilidade, temos que fazer com que possamos respeitar o regime hidrológico, que a nossa ação antrópica, ou seja, a ação do homem sobre a natureza, não seja destruidora! Essa PEC estabelece os princípios norteadores.

Por último resta o questionamento feito pelo nobre Líder da Oposição e é nisso que ele se focou. Quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni, ao contrário do entendimento dele e dos juristas que ele consultou, porque certa-

mente jurista que é bom olha de fato uma norma legal sobre todas as facetas e aqui olhou só uma: como preservar o interesse que pode ser o interesse do grupo privado Dominó. Mas aqui o que diz o parágrafo 4º é muito claro: *Eventual reparação decorrente do disposto neste artigo não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados.*

Por que esse dispositivo? Porque temos que reconhecer que a titularidade do serviço público de fornecimento de água potável e de esgotamento sanitário é dos municípios. Os municípios é que concedem à nossa Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR, para que ela possa explorar o serviço. Se o município resolve retomar a titularidade, preferencialmente terá que constituir uma pessoa jurídica de Direito Público ou sociedade de economia mista ou não. Poderá também, é claro, privatizar, porque o titular é ele e diz só: preferencialmente.

E no caso de rompimento, de cessação dessa concessão, Sr. Presidente, o que ocorre com o município? O município só terá que indenizar aquilo que foi investido e não amortizado pelo sistema, não cabendo à SANEPAR nenhuma cobrança de lucros cessantes. Infelizmente a leitura, quando se quer fazer, na verdade, de uma norma legal parcial, se faz, única e exclusivamente, em relação ao foco, mas aqui temos que reconhecer que está preservado principalmente o interesse de cada um dos municípios do estado do Paraná.

Por isso quero pedir a V. Exa., enfim, vejo que na Casa, pelas conversas, há um grande consenso sobre a matéria e V. Exa., Sr. Presidente, incluiu por decisão essa PEC nesta Sessão de quarta-feira - na minha avaliação incluiu muito bem. V. Exa. toma as decisões de acordo com as prerrogativas do Regimento Interno e temos que respeitar as suas decisões. Por isso, quero pedir o apoio de V. Exa. Aquilo que V. Exa. já decidiu, que é votar a favor dessa PEC da água, bem essencial da vida, numa homenagem às gerações futuras, porque agora há pouco ainda dizia o Líder do meu partido, Waldyr Pugliesi: "A água tem que ser pública e tem que ter um membro do Exército, com fuzil, para poder deixar alguém tomar um copo d'água". Isso, Deputado Pugliesi, poderá acontecer daqui a 50 anos, se não dermos sustentabilidade ambiental e preservarmos uma boa gestão dos recursos públicos que temos no nosso estado e no nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

O voto será nominal, cada um conhecerá. Mas quero registrar e agradecer o apoio que esta PEC tem do Bloco Independente da Assembleia Legislativa, com quem mantenho bom relacionamento e eles compreendem a importância disso para o nosso Paraná, independente de posições políticas.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Toda vez que este Parlamento, que esta Casa questiona, ela cresce. O Parlamento tem que ser questionador. Um dos grandes questionamentos do mundo é Jesus Cristo. Ele nos questiona a todo instante. E questionando, logo após ele apresenta as soluções para as nossas vidas, para os nossos caminhos. Fico feliz quando ouço o Deputado Caíto Quintana na tribuna questionando a todos nós. Fico feliz quando ouço o Deputado Romanelli questionando, quando ouço o nosso Líder da Oposição, Valdir Rossoni questionando, Deputado Elio Rusch e tantos outros. É preciso questionar. Lembro-me do saudoso Cláudio Coutinho, treinador da Seleção Brasileira. Ele foi o primeiro a usar o termo espaço vazio. É preciso ocupar o espaço vazio no campo. Lembra? Ele usou até um termo em inglês, que não me recordo agora, até porque não sou especialista em inglês. Ocupar espaço vazio.

Todos estamos acompanhando o Supremo Tribunal Federal, a decisão do Supremo a respeito da fidelidade partidária. Por que o Supremo está lá neste instante reunido, decidindo a questão da fidelidade partidária? Exatamente porque nós do Legislativo, no caso do Congresso Nacional, não regulamentou essa questão, deixou espaço vazio. Se você deixa o espaço vazio, alguém ocupa. Na emissora de rádio que tenho o programa, se eu ficar 10 minutos em silêncio, ou os ouvintes vão ligar para a rádio, ou quem estiver ouvindo a rádio vai esperar um pouco e mudar para outra rádio. Então, o Supremo estará decidindo uma prerrogativa que é do Legislativo. E ao mesmo tempo o Supremo está puxando a nossa orelha. A empresa a qual eu dirijo, eu tenho uma mesa lá na empresa e na minha mesa não tem gaveta. A gaveta parece coisa do atraso. O próprio Presidente Nelson Justus disse, aqui - e a palavra dele merece todo o nosso crédito - que a PEC está aqui há 2 anos. E o Deputado Romanelli afirmou na tribuna que a PEC está aqui há 3 anos. Em que a gaveta estava esta PEC? Na gaveta do Dudu? Será que existem outras PECs em outras gavetas nesta Casa? Não sei. Agora estou em dúvida.

Fui saber desta PEC ontem às 6h30 da tarde, Deputado Valdir Rossoni, quando alguém da emissora que eu trabalho me ligou perguntando: “Qual é a história desta PEC?” Eu falei: não sei que PEC. E olha, estou como Líder do PDT nesta Casa. Parece que foi assim: “Olha deixa este cartucho aí na gaveta, a hora que precisarmos, abrimos a gaveta e colocamos em ação.”

Essa é a impressão. Isso realmente nos desagrada, isso nos deixa perplexos. O Deputado Valdir Rossoni disse muito bem aqui: por que essa pressa toda? Por quê? Quem tem pressa, come cru. Será que não estamos comendo cru? Não é ora de refletir?

Agora, por outro lado, prestei atenção no discurso do Líder do Governo. Deputado Romanelli, a impressão que deu é que se votarmos contra a PEC, estaremos votando contra água. Não é isso, pelo contrário, somos a

favor da água e a água é um bem público, é um bem do povo. Que história de Dominó? Como disse o Deputado Valdir Rossoni, nem sei quem são os integrantes do Dominó. Só sei que a água nos pertence, a SANEPAR é nossa. É isso que eu entendo.

Por que esse afogadilho todo? Por que essa pressa toda? Por que não se discutir? O que estamos fazendo aqui então? Qual é o papel de todos nós aqui nesta Casa? Não é discutir, não é falar? Não é se reunir e discutir se esse é o melhor caminho ou não é o melhor caminho? O que é que estamos fazendo aqui?

As coisas acontecem como num passe de mágica: abre-se uma gaveta, tira-se uma PEC e coloca-se em votação. E daí não estudamos, não analisamos. Somos responsáveis, até porque entendemos que essa PEC é inconstitucional. E é possível melhorar essa PEC. Como disse aqui o Deputado Valdir Rossoni: “Por que essa pressa toda? Podemos votar na semana que vem, não vai causar problema nenhum, não vai causar prejuízo nenhum.”

Então, que fique bem claro, os Deputados que vão votar contra a PEC: é o meu caso. Não estamos votando contra a água, que é um bem comum, que é um bem essencial à humanidade. Como é que nós iríamos votar contra a água. Presidente Nelson Justus? V. Exa. foi Presidente da SANEPAR, que dirigiu tão bem aquela Casa, que hoje deve estar preocupado com alguns acontecimentos lá, algumas respostas que não chegaram até agora. Sei da sua preocupação. Por que essa pressa? Por quê? Vamos pedir um adiamento.

Faço um apelo aqui, ao Deputado Romanelli, Líder do Governo. Vamos pedir um adiamento por 5 Sessões. Vamos reunir as lideranças dos partidos, vamos discutir, vamos melhorar. Queremos dar toda a segurança à SANEPAR. Disse muito bem o Deputado Valdir Rossoni: “Com certeza eles vão derrubar em meio minuto, na Justiça, essa PEC.” Qual é esse papel, para mostrar que estamos preocupados? Estamos sim!

Então, que fique bem claro aqui que não somos contra a água, somos contra a forma que está sendo apresentada essa PEC aqui, na Casa do povo, senão vai pegar muito mal para todos nós.

Agora, está difícil fazer política, Deputado Dobrandino. Se você vota contra aqui, sempre tem alguém que diz assim: “Qual é o jogo que ele está fazendo? Qual é o interesse dele? Quem andou conversando com ele pelos corredores da Assembléia Legislativa?” Não é assim! Na verdade, você está preocupado com o seu papel de Parlamentar, com o seu papel de Legislador, ninguém é contra.

Faço um apelo aqui, ao Líder do Governo Deputado Romanelli, peça um adiamento por 5 Sessões. Vamos nos reunir e vamos melhorar essa PEC, tirar esse artigo 4º, que é inconstitucional. Totalmente inconstitucional. Vamos assim ajudar realmente o povo do Paraná. A SANEPAR é nossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito para encaminhar a votação, Deputado Elio Rusch.

Pela ordem, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, confesso que não me aprofundei nesse debate. Só queria fazer uma questão de ordem a V. Exa.

Ouvi os vários pronunciamentos aqui. Queria pedir a V. Exa. se realmente essa PEC está na Assembléia há 3 anos. E por que só agora isso é colocado? E por que antes não foi colocado e quando V. Exa. assumiu resolveu colocar? É verdadeira essa informação que essa PEC está há três anos engavetada, parada? V. Exa. pode me tirar essa dúvida?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aqui desde 2004. E agora nós colocamos na Ordem do Dia.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do técnico do Pan do ciclismo, da nossa Confederação Brasileira de Ciclismo, junto com os atletas representantes do Paraná, Robson Figueiredo da Silva, que por coincidência é meu primo, tirou o 6º lugar no Pan; e o David Romeu, que tirou 4º lugar. É um prazer tê-los aqui, nossos representantes e campeões também.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Na verdade, quando encaminhei na discussão do projeto alguns assuntos ou alguns itens importantes, não levantamos, Deputado Plauto Miró.

Veja Deputado Plauto, na Assembléia Legislativa nós aprovamos, logo no começo do Governo Roberto Requião, os projetos autorizando o Governador a encampar os pedágios. A Assembléia aprovou, caiu na Justiça. A Assembléia Legislativa aprovou a Lei dos Transgênicos e nós alertamos na discussão, como estamos alertando agora de novo, alertamos aqui da tribuna que a lei da era inconstitucional, que ela não tinha amparo e consistência jurídica para se manter, e ela caiu. A lei encampação do pedágio, a Lei dos Transgênicos, ela caiu e diga-se caiu no Supremo, ambas caíram no Supremo. E por que é que elas caíram? Porque alguém provocou.

A Assembléia aprovou uma outra lei da isenção do pagamento de pedágio para os veículos que estivessem emplacados onde se localiza a praça, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Nós votamos a favor, alertamos que seria inconstitucional, a lei caiu. Caiu liminarmente, mas com certeza vai cair.

Tem outras leis tramitando, outras leis sobre o pedágio, elas vão cair. Ora! Nós Deputados temos que entender de uma vez por todas que não dá para brincar de fazer leis. Tudo isso que o Deputado Caíto Quintana levantou na tribuna, isso é correto, justo, já é um direito assegurado pela Constituição. O que o Deputado Romanelli levantou e discutiu, encaminhou a votação, é um direito assegurado. Também somos a favor, mas não podemos brincar! Não dá para aceitar! Se a PEC é tão importante, se ela é moderna, como disse o eminente Líder do Governo, Deputado Romanelli, porque o Governo deixou engavetada há 3 anos? Porque qualquer lei que o próprio Governo manda para a Assembléia é solicitado regime de urgência. Muitas vezes a Assembléia aprova o projeto em regime de urgência, e quando vai o autógrafo para o Palácio Iguaçu o Governador leva dias e sanciona a lei no último dia, no último prazo. Agora, se ela é tão importante, por que só agora o Governo se lembrou?

Entendemos que o Deputado Nelson Justus assumiu a presidência este ano. Agora, por que o Governo não provocou a discussão dessa PEC? Há coincidência nisso aí. Lógico que a decisão do Supremo foi agora, recente, a decisão do STJ foi recente, mas o Governo sabia que estava lá em cima e que iria perder, porque já havia todos os pareceres contra as ações do Governo. Então, o Governo, para mim, provocou mais esta PEC, neste momento, e está se pedindo a aprovação dela, neste momento, para que se possa ter um novo argumento para apresentar na sua defesa em relação à SANEPAR.

Como já disse antes o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, a Oposição em momento nenhum fechou a questão, não é uma questão de Governo e Oposição, não. É muito mais uma questão de visão legislativa e cada Deputado vota de acordo com a sua consciência. Mas, eu estou dizendo, neste momento, que vamos votar uma PEC que vai cair na Justiça. E depois vamos dizer: "Poxa, mais uma vez nós brincamos de fazer leis".

Ora, não venham dizer amanhã ou depois, como disse o Deputado Valdir Rossoni, porque os Deputados que foram contra a PEC são contra a SANEPAR, que permaneça no controle público. Eu disse antes, já no encaminhamento, que isto está assegurado por lei. A lei já obriga que o Governo do Estado tenha, sempre, no mínimo, 60% das ações. Isto está na lei.

Mas, o Conselho Privado, sei lá, tem duas diretorias. Mas, cada decisão que se toma na SANEPAR - e eu conversei com o Presidente Nelson Justus, agora - quando ele era Presidente não tinha toda esta parte burocrática, era mais ágil a administração das estatais - ele me confidenciou agora: a SANEPAR é formada por 9 membros do Conselho de Administração. Deve ser 9. O Governo do Estado indica 6. Qualquer decisão que se toma na SANEPAR é o Conselho da Administração que vai tomar, não é um Diretor!

Parece-me que a SANEPAR tem Conselho de Administração, de Operações Financeiras, que era ocu-

pada pelo Grupo Dominó que o Governador em 2003 rompeu, caíram. Tinha mais o Diretor-Superintendente, que nunca foi preenchido, que seria também do Grupo Dominó, Conselho de Diretor-Técnico, Diretor do Meio Ambiente, Comercial, Jurídico, todas as diretorias são do Governo do Estado, indicado por ele. Agora, qualquer decisão, na SANEPAR, é tomada pelo Conselho de Administração. E o Governo do Estado sempre tem a maioria.

Então, por esta razão, somos contra esta PEC, porque o que está escrito aí, o que foi argumentado na defesa da PEC, já está garantido. Quero ao menos me preservar e dizer amanhã ou depois, quando ela venha a cair, dizer para os Srs. Deputados: lembram o que nós argumentamos? Como nós falamos, aqui, Srs. Deputados, estamos aprovando uma lei inócua, que era a dos transgênicos. Esta lei vai cair. Ela é ilegal. É inconstitucional. Nós falamos, mas aprovamos. O Governador sancionou, e ela caiu. Quando votamos as outras leis as quais já fiz menção, nós alertamos, e elas caíram, na Justiça.

Quando tem uma lei maior, a lei inferior jamais poderá contrariá-la, jamais. Então, este encaminhamento eu gostaria de fazer, para votar contra esta PEC e dizer para os senhores o seguinte: esta PEC tem um outro objetivo, aquilo que eu acabei de dizer. Um novo instrumento que o Governo vai usar na sua defesa na Justiça. Aí eu diria o seguinte: o Governo tem que saber que a lei está acima da vontade pessoal. O Governador não pode querer estar acima dela. Seria isso!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, será procedida a votação.

Solicito à Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Os Deputados favoráveis à Proposição de Emenda Constitucional votarão com a expressão SIM.

Os Deputados contrários votarão com a expressão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Trinta e oito Srs. Deputados votaram SIM; 4 Srs. Deputados votaram NÃO.

Está aprovado, em 1ª discussão, o item 01 da pauta, que volta daqui a 5 Sessões.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 627/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Beneficência do Guaipó, antiga Associação de Moradores do conjunto Guaipó, com sede e foro

na cidade de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 634/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL, com sede e foro no município de Campo Largo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 027/07, de autoria da Comissão Executiva, que cria o Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS - junto à estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Resolução).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede e foro no município de Brasilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que, por gentileza, permaneçam porque temos 2 projetos de título de Cidadão Benemérito que precisam de quórum privilegiado: um de autoria da Deputada Cida Borghetti e outro do Deputado Duílio Genari. Peço, por gentileza, um carinho especial de V. Exas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Consulto o nobre Lorde requerermos para votar os dois numa votação única.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quando chegar o momento vamos discutir o assunto.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA GERAL DA CCJ. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de

utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, com sede e foro no município de Umuarama. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o substitutivo geral da CCJ. Aprovado o projeto.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública estadual a Rede de Mulheres Negras do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. Em votação o projeto.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado artigo por artigo.**

Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Luiz Donaduzzi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 663/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto busca conceder o título de Cidadão Honorário ao Sr. Luiz Donaduzzi.

Da Legitimidade

A legitimidade está em consonância com a Constituição do Estado do Paraná, pela simples análise do artigo 2º da Lei nº 13115/01:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Sendo assim, percebe-se que o Parlamentar possui legitimidade para desencadear o processo legislativo no presente caso.

Do Objeto Material

O objeto desta proposição é a concessão de título de âmbito estadual. Existe lei específica regulando o tema, como já se disse, Lei nº 13115/01. Portanto, merece transcrição, em seu artigo específico:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Estes requisitos foram, tempestivamente, apresentados no projeto de lei apresentado.

Portanto, cumpre salientar que foram cumpridas as exigências legais.

Do Número de Projetos Apresentados

Ainda na lei que dispõe de modo preciso sobre as condições para a concessão do título que ora se estuda, existe no artigo 2 a seguinte previsão:

Art. 2º ...

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) de títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Deve se denotar que, pela lista anexada, com o presente projeto, o PP, sigla a qual o eminente proponente é filiado, já apresentou 7 projetos de lei, estando, por decorrência, dentro do limite legalmente previsto.

Da Técnica Legislativa

Em referência à técnica legislativa, constante na LC nº 095/98 nada há que possa obstar o prosseguimento do presente projeto.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, após constatada legitimidade para legislar no caso presente e o respeito à constitucionalidade e legalidade atinentes.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Sobre os referidos projetos, Requerimento nº 2961, de autoria do Deputado Duílio Genari e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco para os projetos de lei

constantes nos itens 10 e 11 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Esta presidência consulta o Plenário à solicitação do Deputado Antonio Belinati. Nós temos no item 10 e 11, 2 projetos de lei que concedem título, um de Cidadão Benemérito ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima, de autoria da Deputada Cida Borghetti; e outro de Cidadão Honorário ao Exmo. Sr. Luiz Donaduzzi. Um de autoria da Deputada Cida Borghetti e outro de autoria do Deputado Duílio Genari.

A Mesa consulta os Srs. Deputados se há possibilidade, por solicitação do Deputado Antonio Belinati, de votarmos essas duas matérias em conjunto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Eu sou favorável, Sr. Presidente.

Só queria fazer uma questão de ordem a V. Exa. com relação à PEC que nós votamos. V. Exa. disse que vai ter um interstício de 5 Sessões. Valem as Sessões Extraordinárias?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

São 5 Sessões Ordinárias?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cinco Sessões Ordinárias, inclusive a de amanhã que já convoco V. Exas. para a Sessão de amanhã, às 10h da manhã. Amanhã, segunda, terça, quarta e quinta.

Consulto se os proponentes aos títulos querem encaminhar?

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Vamos abrir mão do encaminhamento, tendo em vista que o nobres Deputados e Deputadas desta Casa, bem como a imprensa, conhecem já a trajetória do grande atleta paranaense Vanderlei Cordeiro de Lima. É um grande paranista e conhecido mundialmente.

Nós pedimos que os Deputados votem SIM, da mesma forma o Deputado Duílio Genari também. Pedimos aos Deputados que acompanhem com a expressão SIM.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

A Deputada Cida já encaminhou. Também não vamos encaminhar, quero só comunicar a todos os Deputados e Deputadas que na justificativa do projeto está tudo bem esclarecido, o porquê do título de Cidadão Honorário ao Sr. Luiz Donaduzzi.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, até peço desculpas aos dois autores dos projetos, mas o Deputado Augustinho Zucchi, ontem, estava presidindo a Sessão, e aquela reunião com a Secretaria da Fazenda ficou para o dia 15 ou para segunda-feira agora?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segunda-feira, dia 15 de outubro, em virtude do falecimento da esposa do Diretor. Ficou marcado para dia 15 de outubro a reunião do Secretário.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, os documentos já estão na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já foram encaminhados aos gabinetes de V. Exas.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Durante a Sessão de hoje já foi encaminhado. Quando vocês chegarem aos gabinetes, já estará lá.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, vamos votar o requerimento para poder votar os 2 títulos, por economia processual, mas em 30 segundos eu queria agradecer muito, hoje, o espírito público que verificamos nos Parlamentares do PPS, do PP, do PT, do PMDB, do PTB, dos Democratas, especialmente do Relator Osmar Bertoldi, do PSDB, do PV, do PSD, do PDT, que votaram a favor desta PEC. Registro isso porque esta Casa tem, em determinados momentos, construído maiores suprapartidárias que são extremamente importantes para a afirmação do Legislativo.

Quero registrar o meu profundo respeito pelas Deputadas e Deputados que votaram a favor. Respeito, também, os que votaram contra, mas fundamentalmente que tiveram a compreensão de um projeto extremamente importante para o futuro do nosso estado e do nosso país. Então, quero agradecer muito a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Sra. 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, para a chamada nominal.

Os Deputados que forem favoráveis a ambos os projetos, por gentileza, votem com a expressão SIM.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)
(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e seis Deputados, Sr. Presidente, votaram
SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estão aprovados os itens 10 e 11 da pauta, concedendo o título de Cidadão Benemérito a Vanderlei Cordeiro de Lima e o título de Cidadão Honorário a Luiz Donaduzzi.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2946 e 2947, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2951 e 2952, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2953, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, queríamos comunicar a esta Casa, reiterando o convite do Governo do Estado a todos os Deputados Estaduais que amanhã, às 16h, será lançado em Londrina o projeto de fomento na área para pequenos agricultores. Lançamento este que será feito com a entrega de 150 tratores. Tratores estes que tiveram uma redução de preço em média de 30%, financiados em 10 anos, 1% de juros ao ano e ainda com 2 anos de carência. E ainda mais, um projeto paralelo que será subsídio especial às pequenas propriedades, que será lançado amanhã em Londrina.

Por isso, estamos convidando a todos os Parlamentares. Serão no momento R\$ 250 milhões de créditos que estarão, com certeza, sendo liberados aos pequenos produtores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 2956, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2957, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente, favoravelmente ao requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 2958, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2959, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2960, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. marcando outra para quinta-feira, dia 04, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 610/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332 e 540/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 525 e 663/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 074, 693/07 e do Projeto de Resolução nº 025/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1516/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MASSILON DE OLIVEIRA ASTARITA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1899/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8461/07, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na fonte, dos proventos de inatividade de EDU LIBERTI, matrícula nº 243, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 071/07, expedido pela Junta Médica desta Casa e nos termos do artigo 30, da Lei nº 9250/95, combinado com o artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000/99 e artigo 5º da Instrução Normativa nº 015/01.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1901/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8722/07, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a NILTON ROBERTO BARBOSA, matrícula nº 41055, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador, NU-1, 03 meses de licença especial por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1992 e 22 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6174/70, a partir da data da publicação do presente ato.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1902/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8577/07, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a NEIFI FAYAD ABDALLAH, matrícula nº 40874, portadora do RG nº 14.348.139 e do CPF nº 699.159.549-72, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1989, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Chico Noroeste, nos termos do parágrafo único, na Lei nº 6174/70, 03 meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apre-

sentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 192/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6198/07, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, matrícula nº 40817, portador do RG nº 2.206.701-0/PR e do CPF 434.291.309-72, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de junho de 1989, lotado na Coordenadoria da Gráfica, exercendo o cargo de Editor, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: APM Associação do Pessoal do Magistério do Paraná, por sete (07) meses e quinze (15) dias, período de 02 de julho de 1979 a 16 de fevereiro de 1980; BAMERINDUS S/A Financiamento, Crédito e Investimentos, por dois (02) anos, dez (10) meses e quatro (04) dias, período de 01 de junho de 1981 a 04 de abril de 1984; Banco BAMERINDUS do Brasil S/A, por quatro (04) anos, nove (09) meses e 27 (vinte e sete) dias, período de 05 de abril de 1984 a 31 de janeiro de 1989; Banco Sul Brasileiro S/A por seis (06) meses e dez (10) dias, período de 01 de abril de 1980 a 10 de outubro de 1980, perfazendo o tempo de oito (08) anos, nove (09) meses e vinte e seis (26) dias de contribuição, contados para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal; mais quatro (04) meses e vinte e sete (27) dias, período de 13 de outubro de 1980 a 09 de março de 1981, prestados à Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, e contados para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0208/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

colocar, IVERLEI DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, matrícula nº 6572, à disposição do Tri-

bunal de Justiça, para prestar serviço junto ao Gabinete do Desembargador Celso Rotoli de Macedo, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão

Especial de Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DA 1ª REUNIÃO

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência do plenário, reuniram-se os membros da comissão especial que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 083/04, sob a presidência do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando, em seguida a palavra para o Deputado Osmar Bertoldi, Relator designado, que apresentou parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposta de emenda em tela, na forma de substitutivo geral. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência do plenário, reuniram-se os membros da comissão especial que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 088/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Péricles de Mello e Plauto Miró para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para a qual foi eleito o Sr. Presidente indicou o Deputado Luiz Eduardo Cheida para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Errata:

ERRATA

Na Resolução nº 009/05, publicada no Avulso VIII, de 18 de maio de 2005, em seu artigo 7º:

onde se lê "... da Resolução nº 026/29.06.89..."
leia-se "... da Resolução nº 027/29.06.89..."

